

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS –
SOCIOLOGIA

ELANE CRISTINA COSTA SOUSA

UMA ANÁLISE DO PROJETO FILHOS DO QUILOMBO NO
TERRITÓRIO QUILOMBOLA PIRATININGA, MUNICÍPIO DE
BACABAL- MA NO PERÍODO DE 2014 A 2016

BACABAL-MA

2018

ELANE CRISTINA COSTA SOUSA

**UMA ANÁLISE DO PROJETO FILHOS DO QUILOMBO NO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA PIRATININGA, MUNICÍPIO DE BACABAL/MA NO PERÍODO DE
2014 A 2016**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Campus III – Bacabal, como pré-requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia.

Orientador: Prof. Raimundo Edson Pinto Botelho.

BACABAL-MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Elane Cristina Costa.

UMA ANÁLISE DO PROJETO FILHOS DO QUILOMBO NO
TERRITÓRIO QUILOMBOLA PIRATININGA, MUNICÍPIO DE
BACABAL- MA NO PERÍODO DE 2014 A 2016 / Elane
Cristina Costa Sousa. - 2018.

70 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Raimundo Edson Pinto Botelho.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia,
Universidade Federal do Maranhão, Bacabal- MA,

2018.

1. Histórico cultural. 2. Identidade. 3. Quilombola.
4. Resgate. 5. Território. I. Pinto Botelho, Prof.
Dr. Raimundo Edson. II. Título.

ELANE CRISTINA COSTA SOUSA

**UMA ANÁLISE DO PROJETO FILHOS DO QUILOMBO NO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA PIRATININGA, MUNICÍPIO DE BACABAL/MA NO PERÍODO DE
2014 A 2016**

Banca Examinadora:

Aprovada em:/...../.....

Prof. Dr. Raimundo Edson Pinto Botelho (Orientador) - UFMA

Prof.^a Dr.^a. Maria José dos Santos - UFMA

Prof.^a Ma. Sabrina Zientarski de Bragança - UFMA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu mentor, meu protetor e quem me dar força para não desistir dos meus sonhos.

A minha família por sempre me dar apoio e por sempre estar do meu lado, meu pai (Antônio), meus irmãos e irmãs.

Ao meu orientador Raimundo Edson Botelho pela paciência e serenidade em suas orientações.

A Ana Cleide de Carvalho, coordenadora e mentora do projeto Filhos do Quilombo, pelas longas horas de conversa que ela reservou em seu corrido tempo para me atender. Foi através dos conhecimentos dela que pude perceber o quão é importante trabalhar o resgate histórico cultural e de identidade dentro dos territórios quilombolas.

A professora Ana Claudia Rodrigues, coordenadora da Educação do Campo da SEMED de Bacabal, por ter me ajudado bastante com suas informações e pela sua disponibilidade em me ajudar.

A todos do território quilombola de Piratininga (seu Amilson, professoras Anastácia e Barbara, professor Gilvan, aos estudantes e aos moradores) por terem me recebido bem e por terem cedido um pouco de seu tempo para concederem as entrevistas.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse finalizado.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho analisa a importância da implantação de projetos que buscam resgatar a história, a cultura e a identidade nos territórios quilombolas e como eles são essenciais para que haja a continuação da história e das lutas nos quilombos. Neste trabalho foi exposto um breve histórico sobre a situação do negro no período escravocrata e como nasceu a necessidade de organização do negro em movimentos sociais que tinham como objetivo a luta pela abolição da escravatura e, após o período escravocrata, o direito a igualdade. Desse modo, analisou-se o Projeto Filhos do Quilombo e sua importância para educação do território quilombola de Piratininga em Bacabal - MA, tendo como base a história e a luta dos movimentos sociais pela construção de políticas públicas para educação que resgate a história, a cultura e a identidade dos territórios quilombolas, tendo como base a luta dos movimentos sociais pela construção dessas políticas públicas. Com base em uma vasta análise de referência acerca da temática, realizou-se uma vasta revisão de literatura. Também foram realizadas entrevistas com os principais sujeitos que participaram do projeto e observação *in loco*, como parte da pesquisa empírica.

O processo de implantação do projeto no quilombo, os agentes envolvidos, o objetivo do projeto, os empecilhos que seus coordenadores tiveram durante o processo de implantação e os resultados frente ao território quilombola de Piratininga foram questões que nortearam o trabalho. Como considerações constatou-se a importância do projeto em destaque para os territórios quilombolas. Também vislumbrou-se que parte da construção de um projeto de educação libertadora passa pela discussão da temática em foco, como importante para o resgate histórico, cultural e de identidade dentro de territórios quilombolas, contudo, o fato de o projeto nascer a partir da secretaria de educação do município representou uma dificuldade na implantação do projeto e, com isso, dificultar a materialização da educação.

Palavras – chaves: Território, Quilombola, Resgate histórico cultural, Identidade.

ABSTRACT

This work analyzes the importance of the implementation of projects that seek to rescue history, culture and identity in the quilombola territories and how they are essential for the continuation of the history and the struggles in the quilombos. In this work, a brief history was presented on the situation of the Negro in the slave-owning period and how the need for black organization was born in social movements whose objective was the struggle for the abolition of slavery and, after the slave period, the right to equality. In this way, we analyzed the Children of Quilombo Project and its importance for the education of the quilombola territory of Piratininga in Bacabal - MA, based on the history and struggle of social movements for the construction of public policies for education that rescue history, culture and the identity of the quilombolas territories, based on the struggle of the social movements for the construction of these public policies. Based on a vast reference analysis on the subject, a vast literature review was carried out. We also conducted interviews with the main subjects who participated in the project and on-site observation, as part of the empirical research. The project implementation process in the quilombo, the agents involved, the project objective, the obstacles that its coordinators had during the implementation process and the results in front of the quilombola territory of Piratininga were issues that guided the work. As a consideration, the importance of the project in focus for quilombola territories was noted. It was also glimpsed that part of the construction of a project of liberating education passes through the discussion of the subject in focus, as important for the historical, cultural and identity rescue within quilombola territories, however, the fact that the project is born from the secretary of education of the municipality represented a difficulty in the implementation of the project and, with that, impede the materialization of education.

Keywords: Territory, Quilombola Cultural Historical Rescue, Identity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Território quilombola de Piratininga.....	256
Imagem 2: Reunião dos quilombos participantes do projeto Filhos do Quilombo.	41
Imagem 3: U.E. I Creche Mãe Geniz.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE BACABAL POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
1.1 A luta do povo negro contra o regime opressor escravocrata e o movimento quilombola como sinônimo de luta.....	16
1.1.1 O território como parte das relações de poder.....	20
1.1.2. O território quilombola como parte da luta e resistência.....	21
1.1.3. Os movimentos sociais e a luta pela terra como condição indispensável para resistência dos territórios quilombolas.....	22
2.1. A cidade de Bacabal.....	25
2.2. A história do quilombo de Piratininga.....	25
3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO MARANHÃO.....	29
3.1. Os movimentos sociais e a luta por uma educação do campo.....	29
3. 2. Movimentos dos quilombolas por educação como forma de libertação.....	32
3. 3. A formação do currículo escolar	34
3. 4. A educação quilombola na legislação brasileira.....	36
3. 5. A importância de projetos que viabilizem o resgate da história, da identidade e o estudo da cultura como forma de libertação dentro dos territórios quilombolas.....	38
4. PROJETO FILHOS DO QUILOMBO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE PIRATININGA..	40
4.1. O nascimento do Projeto Filhos do Quilombo	40
4.2. O papel do diálogo e da inovação na formação dos professores	43
4. 3. A Formação dos docentes para atuarem no Projeto Filhos do Quilombo no território Quilombola Piratininga.....	45
4.4. Fatores que dificultaram a inserção do projeto filhos do quilombo no território quilombola de Piratininga	46
4.6. O projeto filhos do quilombo e o resgate da identidade	50
4. 7. A aplicação do projeto na escola U.E.I. Mãe Geniz.....	52
4. 8. Os pais como provedores do conhecimento e da formação dos seus filhos	54
4. 9. O Estado e as contradições em viabilizar políticas públicas para o quilombo de Piratininga	55

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	64

INTRODUÇÃO

A luta dos negros por direitos iguais e condições melhores de vida é um assunto que desencadeia vários debates em todas as esferas da sociedade. Por muito tempo o povo negro sofreu todo tipo de violência tendo seus direitos básicos totalmente destituídos por senhores de escravos e por um regime escravocrata que só os viam como mão de obra que não precisaria ser remunerada e nem ter condições dignas de vida para sobreviver.

A busca pela liberdade acabou sendo um dos motivos para esse povo lutar contra o regime escravocrata instituído no Brasil e no mundo. Conflitos, manifestações e rebeliões que reivindicavam pela abolição da escravatura e por direitos que eram reservados apenas para a população branca acabaram por ganhar força, principalmente quando o movimento que lutava pela abolição da escravatura ganhou força. Esses conflitos acabaram por desencadear grandes movimentos que buscavam, seja de uma forma pacífica ou não, conquistar através da luta a promoção da igualdade étnico racial e pelo fim da segregação racial na sociedade. A problemática ficava por conta da não aceitação de que o povo negro teria direito a ganhar os mesmos benefícios que eram concedidos a apenas uma parcela da sociedade, a parcela que sempre se julgou superior.

O movimento negro pode ser entendido como sendo um conjunto de mobilizações sociais, que promove movimentos tanto na esfera política, social, religiosa e educacional, protestos antirracistas, movimentos artísticos, literários e religiosos com o propósito de chamar a atenção tanto das autoridades competentes como da sociedade para a conscientização da luta da raça negra por igualdade e por reconhecimento.

Por meio dos movimentos ocorridos principalmente na década de 80 no Brasil, o movimento negro conseguiu alcançar várias camadas sociais, trazendo para o movimento negro vertentes de outras classes, tanto na sociedade civil, como na classe política, profissionais da educação, jovens, artistas, escritores, músicos, poetas etc.(muitos deles negros que conseguiram status na sociedade e simpatizantes da causa) que fizeram parte desses movimentos como forma de mostrar que essa luta não é apenas da classe negra mais de todos. Com base

nessa inserção o movimento negro foi responsável por angariar várias conquistas no campo dos direitos civis, na política e na legislação no que condiz a educação.

O presente trabalho vai se fundamentar em expor como os movimentos sociais, juntamente com os movimentos negros, são importantes para a luta por direitos sociais na educação, expondo a luta dos territórios quilombolas por uma educação que não só respeite sua história, sua cultura e sua identidade, mas que traga essas temáticas para a sala de aula a fim de resgatar e manter a história e os costumes como iniciativa de permanência de sua identidade.

Expor as conquistas que o negro angariou na legislação brasileira, na saúde, na política, na educação é de suma importância, pois essas conquistas estão interligadas e uma leva a outra.

Por muito tempo o negro não teve direito à educação. Na época da escravidão só era permitida aos filhos dos grandes senhores de engenhos. O combate ao racismo e a perpetuação da ideia de que o negro também tivesse direito assim como o branco ao acesso a educação se firmou no final do século XIX e começo do século XX. Mesmo com o direito à educação declarado em lei, o negro sempre enfrentou dificuldades para se inserir dentro do contexto educacional e acadêmico.

Além de expor a luta do povo negro por educação o presente trabalho vai expor a luta dos territórios quilombolas por uma educação que respeite sua história, sua cultura e sua identidade e que traga essas temáticas para a sala de aula a fim de resgatar e manter a história e os costumes como iniciativa de permanência de sua identidade.

Atualmente várias conquistas relacionadas à educação quilombola dão apoio a inserção de conteúdos que versem sobre o povo afrodescendente como as diretrizes curriculares nacionais por uma educação quilombola e a lei 9394/96 LDB (lei de diretrizes e bases da educação) e a resolução numero 8 de 20 de novembro de 2012, ambas regem sobre educação sendo esta a que define sobre as diretrizes curriculares nacionais para educação quilombola básica.

No que condiz sobre a educação quilombola a problemática se dá na questão do ainda ser muito discriminado e sofrer muito preconceito principalmente no que condiz a sua cultura e religião.

Fazer com que a história dos quilombos renasça a cada dia através das novas gerações é um fator que gera muita discussão ainda mais quando isso tem que ser feito através da educação. O desenvolvimento de projetos voltados para educação

quilombola acaba fazendo parte dessas discussões por se tornarem um meio de se fazer através deles um processo de resgate histórico cultural e de identidade dentro desses territórios.

Com base nessa proposta o presente trabalho pretende fazer uma análise do projeto Filhos do Quilombo, projeto que foi implantado pela Professora e coordenadora da secretaria de igualdade racial da cidade de Bacabal, Maranhão Ana Cleide de Carvalho em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Bacabal (SEMED) na figura da professora Ana Claudia Rodrigues, Coordenadora da educação no campo da SEMED, em todas as comunidades quilombolas as cidade de Bacabal- MA no período de 2014 a 2016.

O que me impulsionou a fazer esse trabalho foi o motivo de eu sempre ter a vontade de estudar mais profundamente a história do povo negro e suas lutas e vi no projeto Filhos de quilombo a oportunidade de realizar esse feito. O curso de ciências humanas me abriu várias dúvidas sobre a origem de meu povo e meus ancestrais e o anseio de conhecer e acompanhar suas vidas mais de perto foi o principal motivo para a realização de minha pesquisa.

O trabalho pretende analisar como se desenvolveu esse projeto no território quilombola de Piratininga. Nessa Análise iremos observar quem foi o seu público alvo, quais os objetivos do projeto, se o projeto foi aceito pela comunidade, o que significou para essa comunidade a inserção do projeto, qual a importância desse tipo de iniciativa para a história dessa comunidade, o porquê de não ter sido inserido no ensino fundamental e quais foram seus resultados dentro do quilombo, assim como analisar os movimentos de lutas dentro da comunidade por políticas públicas que viabilizem melhoras para a educação quilombola e as questões problemas existentes dentro do quilombo que impedem no desenvolvimento dessas e de outras propostas.

O objetivo I desse trabalho será analisar a importância do Projeto Filhos do Quilombo para educação do território quilombola de Piratininga em Bacabal- MA, tendo como base a história e a luta dos movimentos sociais pela construção de políticas públicas, para educação, que resgate a história, a cultura e a identidade dos territórios quilombolas.

A problemática vai analisar de que forma projetos como o Filhos do Quilombo podem ser importante para o resgate histórico cultural e de identidade dentro do território quilombola de Piratininga.

A metodologia usada para o desenvolvimento deste trabalho se baseou em pesquisas bibliográficas dos autores Munanga (2006), Dias (2007), Silva (2011), Arroyo (2011), Costa (2008), etc. para compor a base teórica. Foram feitas pesquisas sobre os movimentos sociais e movimentos sociais negros, onde surgiram, como surgiram e porque surgiram, assim como pesquisas sobre a trajetória das lutas dos quilombolas por políticas públicas para educação dentro dos seus territórios. Para compor essa pesquisa foram feitas leituras de artigos, monografias, teses de doutorado e livros.

A pesquisa de campo foi realizada através de visitas ao território quilombola de Piratininga para a realização de entrevistas, elaboradas por mim, com os moradores do quilombo de Piratininga, com os coordenadores do projeto Filhos do Quilombo e com os jovens do quilombo para melhor análise sobre o desenvolvimento e os resultados do projeto Filhos do Quilombo dentro do território quilombola de Piratininga.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE BACABAL POR POLÍTICAS PÚBLICAS.

O presente capítulo pretende fazer uma abordagem sobre a história de exploração do negro brasileiro durante o período escravocrata, enfatizando como foi feito o processo de abolição e como nasceu a necessidade do negro se organizar em movimentos para lutar por seus direitos, pela sua liberdade, dando ênfase especificamente na história de luta das comunidades quilombolas do Maranhão e na história da comunidade quilombola de Piratininga localizada na cidade de Bacabal no estado do Maranhão como referência de luta e de resistência.

1.1 A luta do povo negro contra o regime opressor escravocrata e o movimento quilombola como sinônimo de luta.

A luta dos negros por igualdade racial está associada aos anseios de um povo escravizado por séculos e que durante todo o período escravocrata até os dias atuais veem sendo submetido a privações e descaso por parte da sociedade e do poder público, seja por motivo de preconceito ou pela desvalorização de sua história e de sua identidade. Isso acontece desde o século XVI , quando mais de três milhões de escravos negros chegavam ao Brasil vindo do continente Africano, sendo espalhados por entre várias regiões do país para trabalharem nas piores condições possíveis, sendo submetidos aos piores tipos de castigos, a humilhações e a um regime desgastante de trabalho escravo.

Essa exploração de mão de obra escrava se dava no campo, na agricultura, na mineração, nos serviços domésticos e em outros centros. Os negros trabalhavam nas piores condições e chegavam a cumprir cargas horárias exorbitantes de trabalho escravo sem direito a nenhum tipo de benefício ou mesmo descanso.

Segundo Costa:

Nas grandes Plantações e nas roças, nas cidades e nos campos, os escravos constituíam a principal força de trabalho. Vendedores ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros na sua maioria escravos, percorriam as ruas das cidades na sua incessante labuta. (COSTA, 2008, p.23).

Enfatizando o fato de que a prestação de tais serviços era feita em regime desgastante de trabalho e sem direito a nenhuma remuneração, os escravos ainda eram submetidos a castigos cruéis caso se recusasse a prestação do trabalho ou quando tentavam fugir e eram capturados por seus algozes, isso tudo sem nenhum tipo de proteção de nenhum órgão ou autoridade, pois o escravo uma vez que era comprado tornava-se propriedade de seu senhor.

O uso da força era usado como forma de controle e de imposição de regras que deveriam ser cumpridas pelos subordinados, sendo que o negro era o elo mais fraco.

Segundo Montenegro:

Mas a maioria, na realidade, submetia-se á escravidão pelo uso ilimitado da força (o direito da vida e da morte) por parte do senhor ou de seu capataz. É essa a representação que, efetivamente, controlava a massa de escravos (MONTENEGRO, 1988, p.71).

Segundo Montenegro o uso da força era estrategicamente usado para instituir o medo e a obediência aos escravos, sendo que os senhores de escravos tinham receio de limitar esse recurso sobre a explicação de encorajar seus futuros libertos.

No Brasil o escravo foi muito importante para economia brasileira. Abdias Nascimento (1978, P.49) enfoca o fato de que sem a existência do escravo a estrutura econômica do Brasil jamais existiria, por terem estado inseridos em todas as frentes trabalhistas que construíram a economia brasileira desde fazendas, na indústria têxtil etc.

Importância que contribuiu para a formação de uma economia estável e conseqüentemente atrasou o processo abolicionista. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão no mundo, sendo o processo de abolição feito por etapas, primeiramente com a lei que libertava todos os escravos que entravam no território ou nos portos do Brasil (1831¹), vinte e um anos depois com a promulgação da lei do ventre livre (1871²) que tornava livre os filhos de escravos nascidos a partir de sua promulgação, a Lei dos Sexagenários (1885³) que tornava livre todos os escravos com mais de 65 anos e por fim a Lei Aurea (1888⁴) que abolia definitivamente a escravidão no Brasil.

¹ Lei de 7 de Novembro de 1831.

² 28 de Setembro de 1871.

³ 28 de Setembro de 1885.

⁴ 13 de Maio de 1888.

Essas leis tinham, no todas suas contradições, pois depois da assinatura da Lei Aurea era difícil para um escravo definir seu futuro. Sem estudo e sem suporte para se inserir na sociedade, a maior parte deles acabava por se submeter a voltar novamente a exercer trabalhos escravos, trabalhando muitas vezes por um prato de comida. Os mais idosos eram os mais prejudicados como expõem Abdias Nascimento (1978):

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o mutilado- aqueles que sobreviveram aos horrores da escravatura e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva eram atirados á rua, á própria sorte, qual lixo humano; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalização, assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos, dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato, que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres. (ABDIAS NASCIMENTO, 1978, p. 65).

Desse modo o desafio para os escravos libertos não era somente sobreviver a um regime opressor, que mesmo depois da abolição continuava a infligir violência e desigualdade, mas lutar por igualdade e por condições de vida melhores. Dentre vários outros motivos (igualdade racial, respeito, dignidade, educação, trabalho digno, etc.) fizeram com que os negros se juntassem em grupos para reivindicarem por direitos não obtidos mesmo com a abolição da escravatura.

A partir desse momento ganham força movimentos no Brasil e no Mundo que buscam conquistas para os negros na área da igualdade social compreendendo o campo dos direitos civis no que condiz ao direito á educação, ao território, á igualdade racial etc..

Seguindo a lógica de raciocínio, tendo como base os movimentos negros, podem-se elencar vários movimentos que foram significativos para a conquista de direitos sociais para o negro no que se refere à inserção dos direitos básicos e igualdade racial.

Um símbolo de luta que se alonga desde época da escravidão e perdura até os dias atuais como sendo uma das representatividades do movimento que luta pelos direitos dos negros é o movimento quilombola.

Os quilombos existem desde a época da escravidão. Eram chamados primeiramente de terras de pretos e era a denominação dada aos lugares para onde

se deslocavam os negros que fugiam das fazendas. O quilombo mais famoso e que é lembrado até os dias atuais é o quilombo de Zumbi dos Palmares onde tinha como principal líder Zumbi.

Os quilombos foram e ainda são um exemplo de luta e resistência contra o regime opressor da escravatura. Outros movimentos ganharam força nas épocas que se seguiram (Séculos XIX e XX) e foram conquistando adeptos, pessoas que simpatizavam com a causa negra, que se juntaram para lutarem por igualdade para o povo negro. Eram movimentos que se dividiam no mundo, às vezes lutando por causas específicas ou causas gerais, como por exemplo, movimentos que lutavam pela democracia racial ou movimentos que lutavam especificamente pela educação do negro ou mesmo pelos direitos da mulher negra.

Esses movimentos na sua maior parte eram vistos pelos opressores (em sua maior parte donos de fazendas e uma parcela da sociedade que não aceitavam a abolição da escravatura) como sendo motins armados e uma ameaça para povos colonizadores que não queriam se desfazer de regimes onde o negro era visto como apenas uma força de trabalho escravo.

Para Abdias Nascimento (1978, p.78-79) movimentos que têm como iniciativa inserir uma conscientização afro-brasileira são vistos como uma ameaça ou uma tentativa de se impor uma superioridade por parte do povo negro.

Em verdade, porém, a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tratando de impor ao país uma suposta superioridade racial negra. Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra nesse obstáculo. A ele se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país, isso significa, para as forças de poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional (ABDIAS NASCIMENTO, 1978, p.78-79).

Ao longo da história o movimento negro vem se desenvolvendo em vários campos de lutas. SANTOS (Apud, Gomes, 2012, p.733) Apresenta uma ideia abrangente sobre movimento negro. Para o autor o movimento negro pode ser conhecido como um conjunto de ações que abrange organização e mobilizações na política, no protesto de cunho antirracista, nos movimentos religiosos assim como nos movimentos artísticos e literários de qualquer tempo fundados e promovidos com o intuito de conquistar para os negros direitos dentro da sociedade na qual está inserido.

O movimento quilombola está interligado aos movimentos sociais, sendo este o percurso.

1.1.1 O território como parte das relações de poder

Território pode-se conceituar como sendo um espaço onde indivíduos se instalam e permanecem nele fazendo do pedaço de terra sua morada e seu meio de vida.

Segundo Raffestin (1993, p.143), território “se forma através de um espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) o ator territorializa o espaço”. O ator seria um agente importante na transição do conceito de espaço para território.

O espaço para o autor seria anterior ao território e não teria valor, sendo o território uma produção a partir do espaço que ganhava valor a partir de sua construção.

Quem tem o território tem acesso aos bens que nele possui, podendo produzir e a fazer uso dos recursos naturais que está em seu domínio, fazendo assim com que o território se torne um espaço de valor, uma espécie de moeda de troca.

Par se ter direito ao território Raffestin (1993, p, 164) expõe a ideia de limite, sendo que limite segundo o autor “é um sistema sêmico utilizado para marcar territórios”. Toda propriedade deveria ser marcada por limites para o bom e pacífico uso da terra. O autor também expõe que os territórios tem sua função, funções essas que são ligadas por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de ação ou de extensão.

Sem dúvida, o limite ou fronteira não passam de um fenômeno banal e é por isso que não têm sido objeto de grande interesse. Mas, na realidade, eles nada têm de banal quando retomados na qualidade de sistema sêmico no projeto social. Constituem uma informação *lato sensu* indispensável a qualquer ação. Portanto, a cada vez é preciso estudá-los como portadores de uma informação que consome energia para ser criada, controlada e mantida. Participam de todo projeto sociopolítico ou socioeconômico e é por intermédio desses projetos que é conveniente situá-los. (RAFFESTIN, 1993, p.169).

Buscar um significado para território significa compreender a ideia de território e sua relação de poder. Segundo Raffestin (1993, p.93) o território tem que passar

de um estado imaginário para constituir algo concreto. O autor enfatiza que as relações de poder e a acessibilidade à informação fazem com que exista um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização com o propósito de fazer com que novos territórios apareçam, ou que sejam destruídos, ou mesmo reconstruídos, tudo conforme as relações sociais de poder que estarão regendo esse processo.

A partir daí que surgem os conflitos ou disputas por territórios que acontecem por motivos de reintegração, ocupação entre outros. A disputa em muitos casos tem a frente grileiros ou grandes proprietários de terras que fazem uso, muitas vezes de violência, para impor sua autoridade sobre as classes sociais subalternas, como as pressões exercidas por grandes latifundiários sobre os territórios quilombolas.

No que condiz às ações judiciais que envolvem as áreas de populações tradicionais e que tem como objetivo fazer a demarcação desses territórios pode-se observar que nesses casos a disputa é muito violenta.

Certo é que a questão de conflitos envolvendo essas frações de classes por territórios sempre vai ser uma questão de relação de poder tendo, de um lado grupos poderosos que fazem uso dessas áreas para perpetuarem o poder dos outros que lutam para ter seu território ou para não sair dele fazendo dele um espaço de luta e de resistência.

1.1.2. O território quilombola como parte da luta e resistência.

A origem da palavra quilombo segundo Munanga (1995/1996) é

[...] seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire [...]. (MUNANGA, 1995/1996, p.58).

Os quilombos são organizações de resistência que sempre lutaram contra o regime escravocrata, trazendo dentro de seu sistema interno uma proposta de organização social e manutenção de seus costumes.

A base da luta dos territórios remanescentes de quilombolas vem se firmar perante a sociedade para manter vivos na memória sua identidade, sua cultura, sua

religião e seus modos tradicionais, tudo isso mesclado ao modo de vida típica dessas comunidades de uma forma que elas possam manter viva sua história e sua identidade.

Boa parte da desaprovação de aceitação da existência dessas comunidades por parte da sociedade e até mesmo do poder público é o não querer aceitar o significado que a história e as pessoas que as compõe representam para o Brasil. Outro fator importante é o que consta em relação às religiões cultuadas pelos quilombolas, boa parte delas, religiões de matrizes africanas, que ainda são vistas por muitos como cultos demoníacos e religiões pagãs.

No geral os territórios quilombolas tem em comum o anseio pelo reconhecimento, fato que faz com que as mesmas se engajem em movimentos que buscam não só o reconhecimento, mas também políticas públicas que tragam melhorias e projetos que engradeçam ainda mais sua história e que não modifiquem sua maneira de viver e nem sua identidade.

Esses territórios nasceram da ideia de libertação, independência e organização dentro de um contexto histórico onde o negro era visto apenas como mão de obra escrava pelos grandes proprietários de terras. A ideia de raça nesse contexto se torna evidente, pois a organização dos quilombos se torna uma representação de luta por garantias e direitos fundamentais, garantidas pela legislação brasileira vigente, conquistadas a maior parte delas pelos movimentos sociais.

A organização em grupos que tenham ideais análogos é o fator determinante que faz com que essas comunidades se organizem na luta por igualdade. Essas organizações negras e quilombolas acabam sendo responsáveis por intermediar junto às autoridades competentes as reivindicações e os anseios de quem elas estão representando.

1.1.3. Os movimentos sociais e a luta pela terra como condição indispensável para resistência dos territórios quilombolas.

Dentre as lutas que vem se organizando dentro do segmento quilombola, uma das mais significativas e que resume bem a força desses movimentos que lutam pela igualdade racial é a luta que essas comunidades travam na questão da luta pela terra.

Caracterizada pela organização e por atos de coragem que se denomina de Resistência Negra, essas comunidades surgiram bem muito antes da abolição da escravatura, sendo conhecidas inicialmente por “terras de pretos” só ganhando o direito de serem reconhecidas por terras remanescentes de quilombolas no Brasil com o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003. Esse decreto também regulamentava a delimitação, a demarcação e a titulação definitiva dessas propriedades.

A titulação dessas propriedades é um problema que avança ao longo dos tempos. No Brasil ainda existem muitas comunidades quilombolas que ainda não conseguiram o reconhecimento como comunidades quilombolas e nem a titulação de suas terras.

Segundo a Fundação Cultural Palmares⁵ mais de 2.958 comunidades foram certificadas no Brasil sendo que o INCRA tituló 151 territórios, de acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Para a Fundação Palmares essa é uma grande conquista para os quilombolas, mas ainda há muito a fazer quando a questão é a titulação de terras.

Um dos principais problemas é que ainda existem muitos quilombos que estão em conflitos com fazendeiros e grileiros, uma guerra que se estende há muito tempo e que ao que parece está longe de acabar. A luta agora é para permanecer na terra e ter plenos direitos sobre ela. Muitos desses conflitos têm como principal motivo a expansão do Agronegócio sendo que muitos acabam por ocasionar em mortes ou até mesmo em chacinas.

Segundo o Relatório da Pastoral da Terra (ANDRADE, CANUTO, LUZ, 2015, p.146) a maioria dos mortos em comunidades e no campo são trabalhadores sem terra seguidos de líderes comunitários e trabalhadores rurais. Ainda segundo o relatório a impunidade ainda é um dos principais motivos para o constante crescimento da violência nessas comunidades.

Assim sendo, a luta quilombola pela titulação de suas terras é o começo e a abertura para que as comunidades quilombolas lutem para conquistarem outros direitos que irá intensificar ainda mais a ideia de libertação, respeito e reconhecimento.

⁵ *A Fundação Cultural Palmares foi fundada em 22 de agosto de 1988 pelo Governo Federal. Ela é uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e tem como objetivo central se voltar para promoção e preservação da arte e da cultura Afro- brasileira. Fonte: <www.palmares.gov.br/quem-e-quem>.

2. HISTÓRIAS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO.

A origem dessas comunidades no Maranhão data do século XIX⁶, época em que o Maranhão estava passando por uma crise açucareira e algodoeira, que fez com que muitos proprietários de terras abandonassem suas propriedades por conta do endividamento, fazendo com que muitas famílias de escravos se apropriassem dessas terras, que ficaram vazias, vindo, posteriormente a gerar grandes conflitos com fazendeiros que acabaram voltando às terras, grileiros e até o próprio governo que ameaçavam e até hoje ameaçam deslocar essas famílias dessas comunidades, obrigando-as a migrarem para centros urbanos.

No Maranhão há registro de que existem mais de 682 comunidades remanescentes⁷ de quilombos e suas principais reivindicações rondam em torno de titulações de terras, saúde, educação e reconhecimento de sua cultura assim como valorização de sua história.

No Estado existe o Centro de Cultura Negra do Maranhão⁸, entidade criada no dia 19 de setembro de 1979, promove projetos cujos objetivos se atém a formação para os negros como parte de autoconhecimento histórico e preparatório para poderem lutar contra o racismo e a opressão vivida pelos afrodescendentes, assim como a aceitação de sua raça e a valorização de sua cultura.

A cultura dos povos afrodescendentes é outro motivo de luta desses povos. Deixar viva sua história e sua cultura para que futuras gerações deem continuidade a história dessas comunidades é o principal motivo dessas comunidades permanecerem levantadas. O Centro de Cultura Negra do Maranhão vem defender a conscientização política cultural e religiosa dessas comunidades para que suas histórias não morram.

Todas essas comunidades lutam para que seu povo tenha acesso a políticas públicas que viabilizem e promovam um desenvolvimento que ajude no crescimento das mesmas e venha a engrandecer sua história e sua cultura.

⁶ SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf>> Acesso em 18 de março de 2018.

⁷ SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf>> Acesso em 18 de março de 2018.

⁸ <<http://www.afreaka.com.br/notas/centro-de-cultura-negra-maranhao-politica-e-cultura-negra/>> Acesso em 14 de março de 2018.

2.1. A cidade de Bacabal

A cidade de Bacabal fica situada no Estado do Maranhão na região do Médio Mearim a cerca de 260 km da capital São Luís. Nessa região há ao todo 14 quilombos. Desses, segundo a fundação palmares, as que possuem certificação de seu território como quilombolas são: São Sebastião dos pretos, Catucá, Piratininga, Campo redondo e Guaraciaba.

Bacabal é uma região cujo passado evoca uma trajetória rural, de grandes indústrias, se tornando uma grande produtora de arroz, açúcar e algodão, chegando a receber na década de 40 por razão do grande número de terras férteis um grande número de imigrantes, na maior parte nordestinos que se firmaram em terras nessa área para trabalharem na agricultura. Com o tempo e com a escassez de recursos, os principais produtos que eram produzidos na cidade, que até 1920 era município de São Luís Gonzaga (Ipixuna), foram sofrendo processo de escassez, desaparecendo com o passar das décadas.

Em Bacabal há históricos de que era uma região muito prospera e com muitas fazendas, prova disso é que o próprio Coronel Lourenço Vieira da Silva (O primeiro fazendeiro da cidade) que chegou à região e estabeleceu sua fazenda em 1876 fez uso de mão de obra escrava e indígena.

2.2. A história do quilombo de Piratininga

O quilombo de Piratininga é entrecortado pela rodovia BR- 316 e sua história e o significado de seu nome não tem uma única definição. As definições mais aceitas e que são contadas pelos seus moradores trata-se das seguintes: a primeira afirma que o nome remonta a um igarapé que passava por dentro dessas terras e a outra se reporta a uma espécie de peixe cuja ascendência indígena é em Tupi-Guarani, cujo significado remonta a “peixe Seco”.

Sua história é de todo contraditória, pois quem conta os fatos são os mais idosos e os relatos, segundo eles, foram contados por seus ancestrais. Na

comunidade entrevistei o senhor Amilson Silva Carvalho⁹ que relata que a história começa com a casa da feitoria que ficava no centro da fazenda Piratininga. Essa casa era uma espécie de entreposto e servia para que os portugueses administrassem a venda e a compra de escravos para fazendeiros.

Nessa época havia o administrador chefe e existiam os “escravos carreiros” que era a denominação que se dava para escravos que exerciam a função de controlar e organizar os escravos na senzala, assim como também exerciam a função de fazer a vigilância dos escravos no período em que exerciam trabalhos na agricultura e por fim exerciam função de ajudantes na venda de escravos para fazendeiros (uma espécie de negociadores). Senhor Amilson relata que seu bisavô foi um “escravo carreiro”. Nessa época os escravos apanhavam bastante, segundo relatos do Sr. Amilson.

Segundo o Senhor Amilson:

Nesse tempo os escravos apanhava muito. Os escravos era colocado no tronco para apanhar e trabalhavam na lavoura, se eles se recusassem ficavam sem comer e sem beber.

Com a promulgação da Lei Áurea (1888) as terras saíram da posse da coroa portuguesa e o casal que passou a ser os proprietários da terra onde estava localizada a fazenda Piratininga foram Cecília Baima de Carvalho ou Maria Raimunda de Carvalho (cota), viúva do Coronel Teófilo Baima de Carvalho. Com a morte do Coronel Teófilo dona Cecília teria decidido ir embora e resolveu deixar para seus ex-escravos por meio de um registro feito no cartório de Ipixuna (São Luís Gonzaga) as terras da fazenda como forma de doação.

Nessa parte da história os relatos se confundem, pois uns contam que Dona Cecília não teria ido embora e sim ficado nas terras e se casado com um “negro carreiro” e dessa união que teria nascido às próximas gerações do quilombo Piratininga.

Bem alguns idosos daqui que já morreram falavam que a cota foi embora e ninguém mais teve notícia dela. Essa história de que ela teria se casado com um negro daqui ninguém prova. Alguns dizem que são descendentes dela com o marido dela, mas ninguém sabe ao certo”. (Professora Barbara).

⁹ Amilson Silva Carvalho: Morador e Presidente da Comunidade Remanescente de Quilombolas Piratininga.

Ela se casou com um negro carreiro, meu pai contou para mim. Ela não foi embora. Ela constituiu família aqui em Piratininga. (Senhor Amilson).

Atualmente o território quilombola de Piratininga é composto de aproximadamente 40 famílias nascidas e formadas na localidade, assim como misturas de famílias que fazem parte de quilombos de outras regiões. A organização política do território possibilitou algumas conquistas, como quatro poços artesianos, Duas escolas, sendo uma pré-escola e uma que oferta ensino fundamental e médio e 34 casas do Projeto Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Como todo espaço rural, o território quilombola de Piratininga

Imagem 1: Território quilombola de Piratininga.



Fonte: Dados da pesquisa.

Atualmente, o maior desafio dessa comunidade é conseguir a posse definitiva das terras dos moradores, que foram demarcadas quando foram reconhecidas como quilombo, o que acabou por ocasionar a perda de vários lotes de terras que há muito é motivo de conflitos com fazendeiros da região e grileiros que se intitulam como verdadeiros donos.

Aqui sempre teve briga pela terra, desde a época do Bete Lago e seu sobrinho Wagner que perseguiram o pessoal do quilombo por nove anos e depois a briga foi com os fazendeiros que se achavam os donos da terra. Aqui nossa terra é grande, são 3775 hectares, mas quando o quilombo se

firmou acabaram só loteando esse pedaço aqui que está as casas. Até hoje lutamos para que todas as terras sejam nossas no papel. (Sr. Amilson).

No que diz respeito à sua memória, o desafio fica por conta de fazer com que sua história seja reconhecida e sua cultura e crenças sejam repassadas para as gerações seguintes como forma de perpetuar sua história dentro e fora da comunidade.

A luta dessa comunidade por políticas públicas acaba por esbarrar em vários empecilhos, inclusive dentro do próprio quilombo de Piratininga, que serão expostos ao longo do trabalho.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO MARANHÃO

3.1. Os movimentos sociais e a luta por uma educação do campo.

O presente capítulo irá abordar a luta dos quilombolas pela inserção de uma educação que valorize sua história, cultura e identidade como uma forma de manter suas tradições, analisando as mudanças que autores como Silva (2010), Arroyo (2012), Dias (2009) defendem dentro do processo de elaboração do currículo escolar.

Por fim será apresentado como a educação quilombola é tratada na legislação Brasileira e a importância de políticas públicas que busquem trazer para os quilombos projetos voltados para as escolas quilombolas que trabalhem o resgate histórico, cultural e de identidade para jovens com a participação da comunidade.

A educação é um bem precioso e através dela que ideais são formados e povos se concretizam seus ideais e aumentam seus conhecimentos. Outrora só tinha direito à educação uma parcela muito seleta da sociedade, mas gradativamente isso foi mudando com o levante de movimentos sociais que lutaram e ainda lutam por direitos voltados a uma educação específica para o aprendizado que inclua um ensino que insira a diversidade em suas práticas curriculares.

Dias (2007) expõe que o direito à educação pertence a todos os indivíduos e que o seu caminho é marcado por sujeitos sociais:

[...] podemos aduzir que a garantia do direito á educação, enquanto direito humano fundamental, percorre um caminho marcado por inúmeros sujeitos sociais: pelas lutas que afirmam esse direito, pela responsabilidade do estado em prover os meios necessários á sua concretização e pela adoção de concepção de uma educação cujo principio de igualdade contemple o necessário respeito á diversidade [...]. (DIAS, 2007, p.454).

Mesmo sendo direito de todos e dever do Estado, conforme preconiza a constituição Brasileira de 1988¹⁰, a educação não deve ser vista assim, pois a família e no caso dos territórios quilombolas, o próprio território têm responsabilidade no que condiz ao assunto educação. Mesmo assim ela nem sempre foi tratada de uma forma universal, ou seja, mesmo abrangendo todas as classes, o jeito como a

¹⁰ BRASIL, 1988, Art. 205.

educação é desenvolvida para as classes mais altas não é do mesmo jeito desenvolvida para as classes mais baixas. Sendo assim, além de ser um privilégio de poucos, quando as classes mais baixas conseguiram o direito de estudar, o ensino era desenvolvido com o foco em formar indivíduos especificamente para servirem de mão de obra trabalhista.

Quando se trata da educação voltada para a classe trabalhadora do campo esse abismo ainda é maior. Quando essa temática passou a fazer parte da agenda dos movimentos sociais e das instituições ligadas aos trabalhadores do campo foi inserida como migalha ou dádiva do Estado. Com base nisso, os movimentos sociais e demais instituições da classe trabalhadora (MST, CONTAG, etc.) passaram a lutar por um projeto de educação que atendesse aos seus interesses. Como a luta pela reforma agrária era a principal bandeira desses movimentos e instituições, observou-se que era necessária a luta pela educação como forma de formação dessas comunidades para poder dar continuidade á luta por direitos sociais.

Segundo Dias, Machado e Nunes (2009):

A luta pela terra desenvolvida pelas populações do campo evidenciou a marca indelegável da história assimetria em que foram assentadas as relações sociais e materiais de posse e usufruto da terra. (DIAS, MACHADO e NUNES, 2009, p, 12).

Sedo assim, como exposto no capítulo anterior, a luta pela terra serviu de abertura para somar junto a ela outros movimentos que empunhariam outros debates relativos a relações socioculturais e educacionais, levando com que esses outros movimentos ganhassem importância nesse processo de emancipação.

A luta dos territórios quilombolas pela emancipação da terra acabou ocasionando a vontade de emancipação para uma educação que atenda os requisitos de um currículo voltado para a história e a importância do povo negro, como forma de resgate histórico do povo quilombola. Isso vem ocasionando debates dentro das esferas políticas e sociais com o intuito de incluir dentro dos territórios quilombolas linhas de aprendizado que enalteçam a história, a identidade e a cultura dos povos afrodescendentes.

Essa luta contra a hegemonia da classe dominante tem atravessado todas as condições históricas de auto-organização dos negros para conquistar uma sociedade justa e igualitária para o negro. O projeto de educação dos quilombolas rompe com o projeto de educação implantado pela elite como forma de dominação

das classes mais baixas. Essa espécie de projeto só serve para caracterizar ainda mais o dualismo estrutural no ensino.

Para Souza e Silva (2003), o dualismo que se manifesta nas escolas é de todo modo capitalista de produção se manifestando por meio de um processo de mecanismos internos que acaba por beneficiar uns e não outros. Isso acaba por ocasionar fortes antagonismos entre classes e grupos sociais o que acaba por ocasionar a ânsia das classes subalternas se rebelarem contra desigualdades que são impostas na sociedade.

Marx e Engels (Apud ROCHA, 2011) expressam como esses antagonismos de classes se deram ao longo da história.

A história de toda a sociedade até agora existente [...] é a história de luta de classes. O homem livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o barão feudal e o servo, o mestre de uma corporação e o oficial, em suma, opressores e oprimidos estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, que acabou sempre com a transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio [...]. A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não acabou com antagonismos de classe. Não faz mais do que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspectos da luta no lugar dos anteriores. A nossa época da burguesia, distingue-se, contudo por ter simplificado os antagonismos de classe. (Apud, Rocha, 2011, p.26)

No que se refere à cultura dominante como parte do processo de dominação das classes dominantes e fortalecimento de antagonismos Bourdieu (1989) explica que:

A cultura dominante contribuiu para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, á desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio dos estabelecimentos das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p.10).

Parte dessa dominação se dá na educação voltada para o modelo capitalista. Esse tipo de educação tem como objetivo formar o indivíduo conforme as necessidades do mercado trabalhista, fazendo com que ele tenha acesso somente a uma espécie de ensino profissionalizante. Para Bourdieu (1989) essa espécie de cultura serviria ainda mais para reforçar a cultura dominante das classes dominadas.

Para Dias, Machado e Nunes (2009), a escola teria papel significativa na quebra da cultura dominante, pois ela era que teria responsabilidade de preparar homens e mulheres para o conhecimento.

A educação como prática social humana possibilita um posicionar-se histórico do indivíduo e, nessa perspectiva, o educador pode ser o mediador entre esse indivíduo e a vastidão do conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história. Dessa forma, a escola deveria prepara-se para orientar homens e mulheres a situarem-se socialmente e beneficiarem-se de toda produção historicamente gerada pelo seu trabalho. (DIAS, MACHADO e NUNES, 2009, p.14).

A questão que Dias, Machado e Nunes (2009) colocam é de que a escola seja a preparadora de homens e mulheres para que eles possam se situar socialmente, mas somente a escola não conseguirá esse feito se não houver uma quebra de paradigma que mude a ideia da sociedade de que as classes baixas somente servem para servirem as classes mais altas.

Com o advento de movimentos que lutavam pela libertação das classes subordinadas abriram-se as portas para outras vertentes (quilombolas, movimentos que lutavam a favor dos direitos das mulheres negras etc.) aparecerem no cenário dos movimentos sociais como forma de complementação dos ideais que lutavam pela libertação da opressão de povos que sofreram com regimes que sempre limitaram suas possibilidades de participação igualitária dentro da sociedade.

Os territórios quilombolas entram nesse movimento reivindicando desde o direito ao seu lugar de origem quanto aos direitos preconizados na constituição de 1988 que sugerem a todos os cidadãos brasileiros. A luta pela educação quilombola abre o rol de discussões sobre conquistas de direitos que inclua o negro quilombola na sociedade e nas decisões que serão tomadas e que trarão benefícios para os quilombos.

3. 2. Movimentos dos quilombolas por educação como forma de libertação.

Os movimentos quilombolas abrangem várias frentes de reivindicações, como por exemplo, a luta pelo direito ao território, à saúde, à educação e a políticas públicas que tragam mais benefícios para os quilombos, etc.. Essas pautas são o ponto de partida para que os quilombolas comecem a dar os primeiros passos na reivindicação de direitos que vão beneficiar seus territórios. Contudo é na educação

que essa luta é mais precisa, pois é através do aprendizado que os quilombolas poderão ter o conhecimento de seus direitos e é através do aprendizado de sua histórica que eles poderão ter a visão de um futuro diferente daquele em que vivem.

Os protagonistas dos movimentos sociais que lutam pela inserção de uma educação voltada para o campo reconhecem que por meio da educação pode-se haver uma mudança na conjuntura de ideias que permeiam as leis e decisões que são tomadas para estruturar a educação no campo, mas para que isso aconteça educação e movimentos sociais têm que caminhar lado a lado, pois os agentes que estão inseridos nos movimentos sociais reconhecem a verdadeira realidade do povo negro e que só através das reivindicações e lutas é que se pode ter uma educação voltada para a realidade dessas comunidades.

Para Arroyo (2012, p.9), a educação só será realidade no campo se ela estiver colada aos movimentos sociais, por isso, a importância do trabalho conjunto dessas duas vertentes.

No completo, os movimentos quilombolas lutam por uma educação que faça com que sejam inseridos no currículo escolar conteúdos que tragam para o cotidiano escolar a realidade desses povos baseada em sua história de lutas. Contudo, com base na história, podemos afirmar que a educação do negro no Brasil sempre foi tratada como problema secundário.

Podemos elencar como exemplo que ainda na época da escravatura com o advento lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, as crianças que nasciam livres ganhavam o direito de serem educadas, mas mesmo assim nem todas desfrutavam desse privilégio.

Na saída do século XIX e entrada do século XX a situação do negro passa por um processo de abandono, sendo que uma boa parcela dos negros se encontra nos centros urbanos devido ao grande desenvolvimento dessas áreas e o que condiz á educação a situação era mais precária ainda, pois a escolarização dos nascidos no início do século XX só acontecia com eles já na fase adulta.

Ao longo das décadas iniciativas das associações e os movimentos sociais (dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o movimento dos territórios remanescente de quilombolas, o movimento dos trabalhadores do campo, etc.) trabalham em conjunto para conseguirem políticas públicas que tragam para dentro dos territórios rurais benefícios que promovam o desenvolvimento dentro

dessas áreas, e dentro desse contexto a educação acaba por ser entendida como uma ferramenta de libertação.

3. 3. A formação do currículo escolar

A formação de um currículo voltado para as escolas do campo, principalmente aquelas que ficam dentro dos territórios remanescentes de quilombolas, tem que ser feita de uma maneira onde todas as esferas da sociedade possam sentar e discutir a melhor maneira de estruturação de um currículo que favoreça tanto os conhecimentos básicos quanto os conhecimentos específicos que seriam aqueles voltados para o ensino da história, da cultura, das religiões que são típicas desses lugares.

Para Pacheco (Apud CONCEIÇÃO, 2015) a formação do currículo tem que se pautar em não ter apenas um olhar e sim vários olhares, reforçando a ideia de que o currículo tem que ser discutido por todas as esferas da sociedade (civil, política, pública).

Ou seja, trata-se de um conceito que não tem um sentido unívoco, pois se situa na diversidade de relações de forças e de conceitos em função das noções que se adotam o que implica, por vezes, alguma imprecisão acerca da natureza e do âmbito do currículo (PACHECO, Apud CONCEIÇÃO, 2015, p.34).

Partindo desse pressuposto temos que seguir a linha histórica do currículo para entendermos o envolvimento com a construção social com base nos estudos dos autores críticos. Silva (2010, p.45 e 49) cita os estudos de Michael Apple que acaba por ganhar destaque pela forma como conduz as discussões que versam sobre a temática e a mecânica, relacionando ideologia com as estruturas econômicas na formação do currículo, dando ênfase nas desigualdades sociais e nas relações de poder e explicando como as divisões sociais podem afetar na formação do currículo.

Silva (2010, p.17) explica que:

Neste sentido, as teorias críticas de currículo, ao deslocar a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de ideologia e poder, por exemplo, nos permitiram ver a educação de uma nova perspectiva. (SILVA, 2010, p.17).

Sendo assim, Silva (2010, p.46) aponta que os conhecimentos legitimados pelo currículo refletem tão somente os interesses dos grupos dominantes, como forma de interesses em formar um currículo onde vai prevalecer o tipo de educação que esses grupos querem impor, ou seja, nas palavras de Apple, Silva explica que o currículo está diretamente ligado as relações econômicas e sociais.

Silva (2010, p.16 e 17) também destaca que o currículo pode ser codificado em três pontos: o saber, a identidade e as relações de poder. O primeiro, o saber, se embasa em como saber qual conhecimento deve ser ensinado e como isso vai fazer parte do currículo. Para o autor isso significaria que o tipo de currículo que se formaria estaria relacionado ao tipo de pessoa que se pretende formar, dando, portanto, ênfase à teoria de que o currículo estaria vinculado ao tipo de sociedade que se pretende aperfeiçoar.

No que se refere à identidade Silva (2010, p.15) explica que “o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade”.

Para o autor, o debate sobre o currículo estaria diretamente ligado ao discurso de identidade, sendo que, o discurso sobre identidade deveria ser posto de uma maneira mais importante, pois segundo o autor o currículo deveria estar diretamente envolvido com o que somos.

Por fim, no que abrange as relações de poder, Silva (2010, p.16) afirma que as teorias que compõem o currículo estão diretamente ligadas às atividades de garantir o poder de hegemonia das classes dominantes.

No século XX, com as mudanças no campo econômico, político e social nos Estados Unidos, assim como também o grande fluxo de imigração, a ideia de se ter um currículo com vinculação com o sistema econômico ganhou mais força como forma de garantir a manutenção de poder dos grupos dominantes. (SILVA, 2010, p.16 e 17).

Essa situação perdurou até a década de 60 onde houve protestos que reivindicavam mudanças sociais, econômicas e políticas, surgindo também no meio de todas as discussões da época a crítica ao currículo que Macedo (2013) chegou a questionar sobre a maneira de como o currículo se moldava as pessoas, dando ênfase na formação do cidadão com base no currículo já formado. (MACEDO, 2013, Apud, SHIRLEY PIMENTEL, 2015 p.48).

Atualmente, a abordagem sobre o currículo como forma de moldar as pessoas vem ganhando destaque. Essa proposta, dentre outras questões, analisa como as relações de poder tem tido importância na elaboração dos currículos educacionais.

Silva (2010, p.53), com base na ideia de Henry Giroux (1981/1983) afirma que para combater a dominação das estruturas sociais e econômicas sugeridas pelo núcleo de reprodução dentro do ensino deve-se trabalhar mediações e ações tanto na escola quanto no currículo como forma de barrar o processo de dominação na educação.

Arroyo (2011, p.78) explica que para isso é necessário:

Interpretar os processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos có-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. (ARROYO, 2011, p.78).

Para Arroyo (2011, p.78), a análise de processos educativos seria de suma importância para o entendimento dos agentes envolvidos e para melhor compreensão na formação do currículo.

O currículo seria enfim, um campo de discussões e de análises de questões ligadas à cultura, a identidade, a política, as transformações sociais e econômicas para poder desenvolver um currículo que conseguisse abranger a todos da mesma maneira e pudesse barrar o estigma da formação do currículo como forma de dominação.

3. 4. A educação quilombola na legislação brasileira

Segundo a Resolução N° 8 de 20 de novembro de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica), a educação quilombola deve ser prestada de forma que se desenvolva respeito étnico-racial e ter como objetivo desenvolver a ideia de diversidade e promoção da cidadania e o apoio a essas comunidades.

Assim está redigido no seu primeiro artigo:

1º: A educação escolar quilombola na educação básica:
I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentando:

- a) Da memória coletiva;
 - b) Das línguas reminiscentes;
 - c) Dos marcos civilizatório;
 - d) Das práticas culturais;
 - e) Das tecnologias e formas de produção do trabalho;
 - f) Dos acervos e repertórios orais;
 - g) Dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
 - h) Da territorialidade;
- II - Compreende a educação básica em suas etapas e modalidades, a saber;
Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação no Campo, Educação especial, Educação profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;
- III - Destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;
- IV - Deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombos, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem partes significativas dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;
- V - Deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e de suas formas de produção de modo a contribuir para seu reconhecimento, valorização e continuidade;
- VI - Deve ser implementada como política educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social e educacional;

As Diretrizes Curriculares definem como Educação Quilombola os espaços que são localizados na escola, onde a cultura tem que ser estudada e entendida, assim como as relações que abrangem sua história de luta e sua identidade. Seus principais objetivos permeiam em atender os estudantes de comunidades remanescentes de quilombos com o intuito de considerar, dentro do processo educativo, as práticas socioculturais, políticas e econômicas dentro dessas comunidades.

A lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que altera a lei 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), trata o currículo oficial da rede de ensino obrigatória,

Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º- O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à história do Brasil.

2º. Os conteúdos referentes à história e cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Os conteúdos programáticos ganham exclusividade no Currículo, sendo de extrema responsabilidade da escola desenvolvê-lo durante o período letivo. Os materiais didáticos devem ser desenvolvidos pelo MEC, sendo necessário para tanto a participação de quilombolas, pesquisadores, representantes de instituições de ensino superior e grupos que lutam pelos direitos dos quilombolas.

A inserção de temas que abranjam conteúdos de matrizes Africanas na legislação foi uma grande conquista para o currículo educacional e para as comunidades quilombolas pelo fato de que com essa abertura haverá mais oportunidades de discussões que permeiam mudanças no sistema escolar brasileiro.

3. 5. A importância de projetos que viabilizem o resgate da história, da identidade e o estudo da cultura como forma de libertação dentro dos territórios quilombolas.

Os projetos que são viabilizados dentro dos territórios quilombolas, com o propósito de resgatar a história, a cultura, a identidade, se tornam de suma importância à sobrevivência dessas áreas no que se refere à sobrevivência de seus modos e costumes.

Os projetos que são implantados com esse intuito vêm colocar em pauta a discussão de que a educação não se faz apenas seguindo um cronograma de um currículo anual e básico, podendo colocar, dentro do currículo escolar, o estudo de temas que serão complementares para a formação do negro quilombola, como por exemplo, sua história, sua importância na formação da sociedade brasileira, a riqueza de sua cultura e a aceitação de sua identidade. Tudo isso deve estar ligado ao direito e cronograma que é exigido pelo currículo básico.

Segundo Caldart, Fernandes e Cerioli (2011).

A educação no campo precisa ser uma educação específica e diferenciada. Isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (CALDART, FERNANDES; CEROLI, 2011, p. 23).

A busca por políticas públicas que promovam, dentro dessas comunidades, projetos com o intuito de promover uma formação escolar voltada para o ensino com base na história de luta das comunidades quilombolas não é de todo fácil e esbarra

em muitos empecilhos, pois, na maior parte das vezes há agentes (falta de interesse das autoridades competentes, falta de recursos, preconceito, etc.) que acabam por dificultar o processo de materialização desse tipo de educação dentro dos quilombos.

4. PROJETO FILHOS DO QUILOMBO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE PIRATININGA.

O objetivo deste capítulo é analisar os limites e possibilidades do projeto filhos de quilombo para materialização da educação no território quilombola de Piratininga, localizado na cidade de Bacabal, no estado do Maranhão. Sendo assim, para isso foi necessário observar a questão da escola em que foi desenvolvido o projeto; a formação dos professores; a participação da comunidade e a resistência que ainda existe dentro do território em relação a projetos que viabilizem o resgate histórico cultural e de identidade, a questão que abrange conflitos políticos existentes dentro da comunidade e por fim analisar a Participação da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal (SEMED) e do poder público Municipal e Estadual no desenvolvimento do projeto Filhos do Quilombo.

A pesquisa foi realizada com base em leituras de artigos, monografias, livros, teses de doutorado e em coletas de dados feitas a partir de visitas ao quilombo de Piratininga para a realização de entrevistas elaboradas pela a autora desde trabalho com os professores que participaram do projeto, com o presidente do território quilombola, Amilson de Carvalho Silva, com jovens e moradores, para melhor entendimento sobre a visão deles sobre o quilombo e sobre suas perspectivas de lutas. Também foram realizadas entrevistas com a coordenadora do projeto e Secretária Geral da Secretária de Igualdade Racial de Bacabal, Ana Cleide de Carvalho e com a Secretária de Educação do Campo da SEMED, Cláudia Rodrigues.

A problemática do trabalho vai se pautar em analisar de que forma projetos como o Filhos do Quilombo podem ser importante para o resgate histórico cultural e de identidade dentro dos territórios quilombola e especificamente do território quilombola de Piratininga?

4.1. O nascimento do Projeto Filhos do Quilombo

Imagem 2: Reunião dos quilombos participantes do projeto Filhos do Quilombo.



Fonte: Dados da pesquisa.

A foto acima mostra a reunião realizada com a participação de todos os quilombos que participaram do projeto Filhos do Quilombo. A partir de agora será apresentado como nasceu a ideia de implantar juntos aos quilombos de Bacabal o projeto Filhos do Quilombo.

A ideia de realizar um trabalho junto aos quilombos de Bacabal nasceu em 2013, com a coordenadora da Secretária de Igualdade Racial, Ana Cleide de Carvalho. É importante mencionar que a mesma trabalha junto aos quilombos, desde 2003 e, apesar de possuir descendentes dentro do quilombo de Piratinga ela reside em Bacabal. A ideia de realizar um projeto voltado para o resgate da história, da cultura e da identidade dessas comunidades veio através do contato com as mesmas e da percepção de que essas comunidades estavam perdendo suas identidades.

Venho fazendo esse trabalho desde 2003, junto com minha prima Graciete Lisboa, e foi a partir daí que ela começou a me apresentar os quilombos e que eu comecei a fazer um trabalho junto com essas comunidades. Ajudávamos eles no processo de reconhecimento, providenciando toda a documentação e acompanhando eles até São Luís para dar suporte nesse processo.(Ana Cleide de Carvalho)

Segundo Ana Cleide, foi a partir desse contato que surgiu o interesse de realizar um trabalho junto aos territórios quilombolas para promover o resgate da história e da identidade desses territórios e os sujeitos. Segundo suas observações:

Pude perceber que muitos quilombos estavam perdendo sua história e sua identidade. O que mais me chocou foi que alguns deles (Seco das Mulatas e Piratininga) estavam vivendo como Bacabal. Isso só intensificou mais para que eu formulasse um projeto que trabalhasse o resgate histórico, cultural e de identidade dessas comunidades. (Ana Cleide de Carvalho)

O projeto começou a se formar assim que sua idealizadora começou a trabalhar na SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Bacabal). Ana Cleide foi convidada pelo professor Valtesar para trabalhar especificamente com educação Quilombola.

Logo após que fui para SEMED, eu vi que havia necessidade dos quilombos em se reunir. Eles eram distantes um do outro; então essa era a oportunidade de colocar o projeto em ação. Então fiz a minuta do projeto. Foi aí que eu percebi que eu poderia fazer com que ele crescesse e que a gente pudesse reunir todos os quilombos. Fazer um trabalho de formação através da educação com os professores da escola e a família que é a comunidade. (Ana Cleide de Carvalho)

Segundo Ana Cleide, o projeto foi bem aceito pela SEMED e pelo poder público. Quanto aos quilombos, à mesma conta que o projeto foi aceito por todas as comunidades, pois, segundo ela, os quilombos da cidade de Bacabal nunca tinham recebido um projeto que se importasse com sua história e sua cultura.

Então fui muito bem recebida com relação a esse trabalho, por que eles nunca tinham tido a oportunidade de fazerem um trabalho educativo, cultural e histórico ao mesmo tempo. Então, a partir desse projeto, eles poderiam ter orgulho de serem quilombolas e entenderem a importância que os quilombos têm para o município, para sua comunidade. (Ana Cleide de Carvalho)

O projeto Filhos do Quilombo tinha como objetivo o resgate da história, da cultura e da identidade dos quilombos de Bacabal e sua estrutura se pautavam em trabalhar com o quilombo por inteiro, desde a formação dos professores, até o trabalho com os alunos do ensino infantil e fundamental e o desenvolvimento junto aos quilombolas para que eles participassem ativamente. Nessa proposta, o trabalho seria realizado com a participação da comunidade. A comunidade iria junto com os idealizadores construir e dar andamento do projeto dentro de seus respectivos

territórios. Para Ana Cleide, o essencial seria começar trabalhando com a base, pois, segundo ela, tudo começaria com a educação das crianças.

O projeto saiu da minha iniciativa, mas o projeto foi feito para que os quilombolas tomassem a frente e participassem de todas as etapas, pois o projeto era deles. Comecei trabalhando com o pré, pois, sou muito ousada. Depois parti para o ensino infantil e fundamental. Comecei assim porque a gente sabe que para se educar e fazer com que as crianças respeitem e tenham orgulho, o essencial é trabalhar os conteúdos desde muito pequeno.
(Ana Cleide de Carvalho)

Munanga (2005, p.117) afirma que para que a pessoa tenha referências positivas de seu povo, deve-se leva-la, através de “oficinas de autoestima” ou o que ela chama de “oficinas de identidade racial”, ao resgate da memória para a estimulação da autoestima da criança e do jovem.

Fazer com que a criança se aceite desde pequena como quilombola é o primeiro passo para se trabalhar, dentro de qualquer território quilombola, a questão do respeito pelas tradições, orgulho pelos seus ancestrais e pela sua história.

O projeto partiu do pressuposto de trabalhar o ensino infantil, o fundamental e depois, com o apoio do governo do estado, inseri-lo no Ensino Médio. O objetivo central era fazer um trabalho que abrangesse o território quilombola por completo, professores, alunos, pais, comunidade e entidades responsáveis para a inserção de estudos sobre a história de cada quilombo, suas danças, suas religiões e sua identidade.

O quilombo exerceria um papel crucial no desenvolvimento do projeto, pois, segundo Ana Cleide eles iriam se organizar e participar diretamente dentro da escola no desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Para Ana Cleide havia essa preocupação para que o projeto não ficasse sob a responsabilidade somente com os professores e os gestores da escola.

4.2. O papel do diálogo e da inovação na formação dos professores

Cada vez mais no mundo informatizado e globalizado houve a necessidade de formar profissionais que suprissem a ideia de um currículo voltado para um ensino que envolvesse o desenvolvimento da economia e da política.

Segundo Amaral, Damis, Santos; Schelbe, Veiga, Vieira (2012).

No contexto de globalização, política e econômica, de informação e de comunicação, de progresso e de desenvolvimento do mundo e da sociedade produzidos pelo trabalho capitalista, a exigência social da escola e de profissionais adequadamente preparados, para desempenhar funções pedagógicas específicas, em nenhum outro momento foi tão evidenciada. E esse processo histórico de desenvolvimento e de progresso exigiu que a obrigatoriedade da educação regular ampliasse a demanda de formação do profissional da educação, garantindo que a escola, como modelo de educação formal, cumprisse sua função social específica com eficiência e eficácia. (AMARAL, DAMIS, SANTOS; SCHELBE, VEIGA, VIEIRA 2012, p.90).

Com a luta dos movimentos sociais quilombolas por uma educação que incluísse suas realidades no currículo escolar foram feitos debates sobre a formação de professores que exercem a docência nesses territórios. A seleção dos conteúdos que abrangessem o desenvolvimento político e econômico dos territórios como base no pressuposto de uma educação voltada para o meio de produção e vida quilombola em oposição à formação tecnicista cujo objetivo é a instrumentalização da mão de obra foi um elemento imprescindível na produção do projeto.

O governo federal, por sua vez, vem idealizando medidas desde as diretrizes aos parâmetros curriculares, leis e orientações para poder inserir, dentro do curriculum escolar, um modelo de educação voltado para as comunidades quilombolas, onde poderão ser inseridos conteúdos, assim como, projetos que viabilizem o estudo da história das comunidades e a realização de um trabalho cujo objetivo é manter viva a identidade desses lugares.

Mesmo sendo uma vitória, a idealização de medidas que visem à melhora no desenvolvimento de uma educação voltada para territórios remanescentes de quilombolas, precisa ser mais eficaz, pois, ainda existem fatores que fazem com que a inserção dessa espécie de educação seja incompleta ou até mesmo inexistente.

Freire e Shor (1986) explicam que para se chegar a uma diretriz que abranja a reflexão, a ação como forma de se fazer um novo olhar pedagógico teria que se abrirem novas *práxis*. Essa tese o autor resume como abrir um novo caminho, na forma de diretriz para educação, sem ser de maneira alguma um caminho absoluto.

Shor (1986, p.87) aponta que o diálogo é o único caminho para se abrir espaços, para que a escola (alunos, professores, etc.) possa dialogar sobre a realidade que os envolve dentro da sociedade.

As discussões e as ideias para a educação quilombola devem ser constantes, visto que a sociedade está sempre em processo de mudança e, promover discussões dentro da escola, da comunidade juntamente com poder público, a

sociedade, a família e as instituições que promovem melhorias para os quilombolas, é essencial para que se tenham caminhos a serem traçados.

A formação e preparação do docente são essenciais para que novas ideias possam ser postas em práticas no campo pedagógico das escolas quilombolas. Essa formação deve abranger as escolas e suas devidas especificações no que condiz aos campos de diálogos sobre inovações que possam ser trazidas para o currículo escolar.

Nessa perspectiva, no cenário atual, faz-se necessário e urgente o exercício crítico da reflexão pedagógica do educador, cuja dimensão teórica expresse uma compreensão da diversidade sociocultural; Enfim, a perspectiva de vida e emancipação, que possam resultar no necessário diálogo. (DIAS; MACHADO; NUNES, 2009, p. 15).

4. 3. A Formação dos docentes para atuarem no Projeto Filhos do Quilombo no território Quilombola Piratininga

A formação dos docentes para o projeto Filhos de Quilombo foi feita abrangendo todos os professores dos quilombos que participaram do projeto. Em Piratininga, o projeto acabou sendo realizado somente com os professores da educação infantil, que compreende as crianças de quatro e cinco anos. Como foi salientado anteriormente pela idealizadora do projeto Ana Cleide de Carvalho, trabalhar os conteúdos que abranjam as temáticas africanas e suas vertentes, fazer o resgate da ancestralidade desde o começo da vida escolar, é de suma importância para a formação da criança, no entanto, o projeto seria para ser aplicado também no ensino fundamental, o que não aconteceu no território quilombola de Piratininga e que será explicado mais à frente.

A formação se deu a partir de reuniões onde, num primeiro momento, havia debates enfatizando a necessidade de inserção de um ensino que abrangesse a história do negro, a cultura africana e a história dos quilombos.

Segundo a professora da escola U.E. I Creche Mãe Geniz (escola onde foi desenvolvido o projeto em Piratininga), Anastácia Silva Carvalho, essas formações contribuíram para abrir um leque de oportunidades à educação no quilombo de Piratininga. Para Anastácia, que trabalha nos territórios Piratininga e Guaraciaba, ambos aderiram ao projeto, o projeto foi de muita importância e abriu espaço para

esse tipo de iniciativa, já que o currículo é muito limitado quanto aos assuntos que envolvem temáticas dessa espécie e pelo fato de a própria comunidade precisar desse tipo de iniciativa.

Agente tinha formações de professores e gestores na SEMED. Aí chegava lá, a coordenadora Cleide e a Claudinha explicavam para a gente como seria distribuído o material para trabalharmos. Trabalhávamos textos, danças, dávamos aula sobre a história dos quilombos, onde eles moravam e, por fim, teve uma grande apresentação (Anastácia Silva Carvalho).

O quilombo de Piratininga foi o único em que o projeto não foi inserido no ensino fundamental, sendo inserido somente na educação infantil por motivos que serão expostos neste trabalho e que complicam a ideia de união e participação do quilombo nas iniciativas conquistadas por eles próprios.

Entende-se por educação infantil o que está disposto no corpo do texto do artigo N° 15 da Resolução N° 8 de 20 de novembro de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola na Educação Básica):

Art. 15. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, na qual privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4(quatro) e 5(cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais. (BRASIL, 2012, p.8).

Depois da formação na SEMED de Bacabal, os professores começavam os trabalhos nas escolas, desenvolvendo os conteúdos com estudos de textos infantis, brincadeiras infantis que enalteciam a figura do quilombola e estudo sobre a história do quilombo e de seus ancestrais. Apesar da formação dos professores, alguns fatores contribuíram para implantação do projeto no território quilombola.

4.4. Fatores que dificultaram a inserção do projeto filhos do quilombo no território quilombola de Piratininga

A secretária de educação do campo da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Bacabal), Ana Cláudia Rodrigues dá a seguinte explicação do por que do projeto Filhos do Quilombo não ter sido inserido no ensino fundamental:

No início do projeto, Piratininga só passou o fundamental para o município no meio do ano de 2015, então não tinha esse contato e depois que o fundamental passou ao município, a escola não quis aderir. (Ana Claudia Rodrigues, Secretária de Educação da SEMED de Bacabal).

Para a coordenadora do projeto Ana Cleide, o problema de não aceitação do projeto pela comunidade é mais complexo. Segundo ela:

Nenhuma outra comunidade eu tive problema, só Piratininga, tanto que eu deixava para conversar com eles por último. Não tenho desavenças lá, mas a comunidade não participava do projeto, só a escola (no caso o ensino infantil). Eles aceitaram, mas não quiseram participar. A credibilidade deles com projetos dessa magnitude é muito pequena, principalmente os jovens, eles acham que isso não vai levar a nada. (Ana Cleide de Carvalho).

O primeiro passo a ser dado é desconstruir a figura de que tudo que vem da história dos negros ou do negro é feio, é vergonhoso, não serve, não é bom. Esse foi um dos primeiros passos que o projeto tomou. Fazer com que as crianças se reconheçam com descendentes de africanos e como quilombolas, por isso, a importância de se trabalhar desde pequenos assuntos que envolvam a história, para que eles não cresçam com vergonha de serem quilombolas e se aceitem como tais.

Outro fator apontado para não inserção do projeto no ensino fundamental foi o fato do corpo docente e da gestão da escola U.E.F. Quilombo Piratininga, que atualmente comporta alunos do ensino fundamental e médio, ser composto de professores de outras cidades, a maioria de Bacabal, e por serem de fora só cumprirem o que está definido no currículo anual.

Maior que a resistência dos pais é a resistência dos professores de trabalhar com o projeto em si, até porque é um grupo que trabalha por disciplina, não mora no quilombo, então predomina aquela questão, eu vou dou minha aula, saio e acabou, né, então se não tiver esse envolvimento deles nas atividades que foi o que eu coloque no nosso último encontro, que a escola tem que dialogar que a escola tem que dialogar com as três esferas, tem que sentar junto, traçar um plano conjunto, isoladamente não vai dar. (Ana Claudia Rodrigues).

A grande dificuldade da inserção de projetos que promovam o resgate da identidade dentro do quilombola de Piratininga está primeiramente em conscientizar o corpo escolar e a comunidade em si sobre a importância desse resgate, a importância da história deles. Já trabalho aqui há cinco anos e vejo que a falta de união entre os moradores é prejudicial. Eles, de certo modo, não conhecem que com a união deles pode mudar a realidade deles. Então não vai adiantar nada trazer projeto para o quilombo se não tiver interesse deles. Claro que não só eu, mas meus colegas professores reconhecemos a importância do projeto, mas fica difícil sem participação, sem união. (Professor Gilvan, professor da U. E.F Escola Piratininga).

Portanto a importância do trabalho com o professor é essencial para o desenvolvimento de projetos que foquem no resgate da história e da identidade, principalmente das crianças e jovens que serão o futuro e os que continuarão a dar andamento à história dos quilombolas.

Gomes (GOMES Apud MUNANGA, 2005, p. 146) enfatiza que discutir temas que abrangem relações raciais é o passo essencial para que os educadores se conscientizem sobre a importância desses temas na formação do aluno. Segundo a autora, a problemática parte da própria formação humana e da crença que alguns educadores alimentam, ou seja, não é a escola a responsabilidade para discutir esse tipo de temática.

Ainda encontramos muitos (as) educadores que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a ideia de que não é da competência da escola discutir sobre temática que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira. (GOMES Apud MUNANGA; 2005 p.146).

4. 5. A questão política dentro do território quilombola Piratininga

Outro fator e o mais problemático dentro do território quilombola de Piratininga que dificultou a inserção do projeto foi a questão política. Este é muito forte dentro do quilombo Piratininga. O fato de ter grupos contrários na comunidade acabou por ocasionar divisões políticas, o que é prejudicial para o crescimento do quilombo e para a inserção de melhoramentos dentro do território quilombola de Piratininga segundo os próprios moradores e de quem esteve à frente do projeto.

De todos os quilombos, o de Piratininga é o mais fechado. Eles vivem a política; eles vivem a ilusão de que eles só podem crescer desenvolver se o político fizer por eles e, eu não vejo assim. Para você desenvolver um território desses, uma área dessas que é histórica, que é cultural, que é religiosa. Você tem que trabalhar principalmente a educação, para que haja crescimento, um desenvolvimento cultural, religioso, histórico. E eles não aceitam muito. A conduta deles é totalmente inversa. (Ana Cleide de Carvalho).

Na época em que o projeto foi implantado quem era o gestor da cidade de Bacabal era o prefeito José Alberto Veloso, e no quilombo havia dois grupos, um

favorável ao atual gestor e outro que apoiava o gestor derrotado na eleição anterior. Quando o projeto foi implantado as maiores dos habitantes de Piratininga não quiseram participar por que achavam que o projeto vinha da prefeitura.

Segundo Ana Cleide tudo de benefício que os poucos que lutam dentro do território quilombola de Piratininga trazem para o quilombo é visto com desconfiança, pois os próprios quilombolas associam esses benefícios a políticos contrários.

Segundo Ana Cleide, existe dois grupos dentro da comunidade: um que procura angariar projetos e melhorias para o quilombo sem interesse político e o outro grupo que acha que só é possível conseguir se tiver política no meio. Esse segundo grupo é composto por quilombolas que tem seus partidos e políticos diferenciados. Para o presidente do quilombo, senhor Amilson, isso prejudica até as relações dentro do quilombo. Essas relações tem que ser harmoniosas para que o quilombo possa crescer.

Aqui minha função como presidente é representar e informar o povo sobre as necessidades do quilombo, mas fica difícil com o desinteresse. Falta ainda muita coisa aqui, mas as pessoas daqui acham que só vão conseguir se tiver politicagem no meio. (Sr. Amilson Silva Nascimento, presidente do Quilombo Piratininga).

Senhor Amilson relata que nas reuniões ele sempre tenta articular a ideia de que o quilombo tem que se unir para benefício próprio e deixar questões partidárias de lado, mas é difícil, pois dentro do quilombo o pensamento de que só os políticos podem resolver os problemas existentes lá dentro é forte.

Para Ana Cleide e para a coordenadora da Educação no campo Ana Claudia Rodrigues a questão da divisão política foi o que mais prejudicou a implantação do projeto no território quilombola de Piratininga.

Enquanto nas outras comunidades nós sentávamos e conversávamos sem haver questão política no meio, em Piratininga eles nem chegavam a ir às reuniões que promovíamos por acharem que o projeto era do prefeito e não era. O projeto era para eles. Os poucos que chegavam a ir às reuniões eram o que acreditam que eles podem promover uma mudança dentro quilombo sem desavenças políticas no meio, mas era o mínimo de quilombolas e os outros que iam, iam só por que era obrigação de estar ali, mas não se interessavam. (Ana Claudia Rodrigues).

A professora Anastácia relata que questões partidárias é outro problema. Segundo a professora Barbara, questões partidárias ficam de fora da escola, por isso, o projeto deu resultado na escola em que foi implantado, mas quando parte para a comunidade, o problema se agrava. Embora alguns participem das reuniões

quando são convocados, não se interessam em participar dos projetos ou questões que podem trazer benefícios para dentro do quilombo.

Essas divisões acabam por ser prejudiciais ao desenvolvimento do quilombo, e acabam por refletir negativamente nos jovens que acabam por correr o risco de herdar essas concepções para o futuro. A única solução para esse problema seria o território se conscientizar que somente a união deles é que faz com que o quilombo se fortaleça e se organize para ir a busca de políticas públicas para dentro do território. Questões e desavenças políticas não devem fazer parte das decisões e nem da luta quilombola.

4.6. O projeto filhos do quilombo e o resgate da identidade

Levando em consideração o objetivo de resgate de identidade, o projeto Filhos do Quilombo, vem o questionamento sobre o porquê de haver esse resgate de identidade. A resposta pode vir através de e informações coletadas nas entrevistas que ressaltaram que partes desses quilombos estão perdendo sua identidade por vários motivos. Podemos elencar que o quilombo de Piratininga, por ser localizado perto da cidade de Bacabal, está adotando hábitos tipicamente urbanos. Os que mais adotam os hábitos urbanos são os jovens que não se interessam pelas práticas que seus ancestrais desenvolvem (trabalhos na roça, aprendizado de danças típicas, interesses pelos assuntos do quilombo, etc.) e nem manifestam vontade de aprenderem.

Por que Piratininga precisa desse resgate? Por causa da rejeição em ser quilombola; em se aceitar como quilombola, em desenvolver as atividades que são características dos quilombolas. (Ana Cláudia Rodrigues).

Trabalhar a aceitação de sua identidade, combater a discriminação deles próprios para com sua história junto aos jovens e a comunidade é de suma importância para que essas comunidades sobrevivam às mudanças que se desenvolvem com o tempo.

Segundo professora Anastácia Silva Carvalho e professora Barbara Sousa Carvalho é muito difícil à implantação de projetos que visem ensinar a história, a cultura, à religião, como forma de resgate de identidade, pois, a comunidade em geral e, principalmente os jovens, não se interessam em participar desses projetos e

as desavenças políticas existentes como ficou exposto no item anterior são o empecilho no desenvolvimento.

A cultura daqui é o Terecô e o Tambor de Crioula, mas os jovens não se interessam. Eles se interessam pelo reggae, pelo dance, pelo funk. Quando tem aqui enche, mas vai chamar eles para aprenderem a tocar um Tambor de Crioula. Só aparece mesmo aqueles mais velhos que já tocam. Eles têm vergonha de vestir uma roupa de dança; chamam de trapo. Os jovens daqui não querem defender nossa história. Outro agravante é que eles estudam até o ensino médio, aí eles param, aí eles acham que tá tudo bem. Não são todos, mas 90% acha que é assim. Eles param e muitos vão para fora, em busca de uma vida melhor. (Anastácia Silva Carvalho).

Eu sei da importância de continuar a história dos meus pais, dos meus avôs, mas eu fico com vergonha. Se vou participar de um tambor de crioula, os outros ficam com molecagem. Aí sinto vergonha. “Participo mesmo de outras festas que tem aqui, como por exemplo, vem radiola para cá”. (A.S. S, 15 anos, estudante do ensino médio da comunidade de Piratininga).

Olha eu não participo não. Meu pai toca Tambor de Crioula, mas nunca me interessei para aprender. Não gosto. Acho que é coisa de gente velha. (R.C. S, 13 anos, estudante do 8º ano da escola U.E. F Escola Piratininga).

Aqui os jovens não se interessam por nada relacionado ao quilombo. Hoje eu faço uma reunião, chamo todos do quilombo para participar e quase ninguém vem. Se for jovem, só vem um ou dois e quando vem, não têm interesse, nem de ouvir o que nós fala. Fica difícil. (S.R. Amilson Silva, presidente do quilombo de Piratininga).

A professora Anastácia e Barbara enfatizam que é de total importância à implementação de mais projetos voltados para o trabalho com os jovens e com a comunidade, pois, as mesmas se preocupam com o futuro do quilombo de Piratininga e com a continuação de sua história. Para Anastácia, um dos maiores empecilhos é a desunião do quilombo e a falta de interesse, pois, segundo ela, há projetos e incentivos para comunidades quilombolas em Bacabal, mas se a comunidade não se mover de nada adiantará ter conquistado a identidade de quilombola.

Segundo Ana Cleide, em todos os quilombos que fizeram parte do projeto, os resultados foram máximos no que condiz a respeito do resgate da história, da cultura e da identidade, pois, o projeto abrangeu tanto o ensino primário, como também o fundamental sendo que a comunidade esteve á frente quanto ao desenvolvimento do projeto. O fato de Piratininga não ter alcançado o mesmo resultado foi pelo fato de não ter alcançado todas as esferas de ensino e a comunidade não ter participado.

Por isso a importância de promover a união desses quilombolas através de projetos como Filhos do Quilombo, principalmente em territórios quilombolas com os mesmos problemas de Piratininga. Isso não isenta o próprio território quilombola de promover esse resgate de identidade e a união entre seus moradores, mas para que isso aconteça os próprios quilombolas têm que se unir e entender que só a união deles vai fazer diferença em sua luta por igualdade.

4. 7. A aplicação do projeto na escola U.E.I. Mãe Geniz.

A escola U.E.I. Mãe Geniz, ilustrada na imagem abaixo foi inaugurada no ano de 2015, mas antes ela já funcionava na igreja do quilombo sendo o prédio inaugurado em 2015. Ele abrange somente o ensino infantil, alcançando as crianças de quatro e cinco anos. A infraestrutura da escola é composta por salas de aulas todas com mesas e carteiras em bom estado, cantina para a preparação da merenda, sala de professores, pátio espaçoso para as crianças, banheiros.

Imagem 3: U.E. I Creche Mãe Geniz.



Fonte: Dados da Pesquisa

O projeto foi inserido na escola, no ano de 2015 e perdurou até o ano de 2016. Todas as crianças que participaram do projeto eram moradoras do Quilombo. Segundo professora Anastácia:

A gente trabalhava primeiramente textos explicativos infantis que contavam a história da África, de como os negros vieram parar aqui no Brasil. Trabalhávamos as danças, com as vestes e tudo. Inserimos a História do Quilombo, como forma de brincadeiras, a Cultura e a religião de uma forma bem prática, pois, sem a prática eles não se interessam. Nós nos organizávamos junto à SEMED para não atrapalhar também o cronograma anual das aulas. (Anastácia Silva de Carvalho).

Com base na experiência prática a ser usada no ensino, LEV VYGOTSKY (2001, p. 84) enfatiza que a experiência prática no ensino é de suma importância no aprendizado da criança, pois, sem o uso da prática dentro do ensino, o professor não consegue fazer com que a criança verbalize o conteúdo de uma maneira que ela possa adquirir novos conceitos e nova visão.

[...] A experiência prática mostra também que é impossível e estéril ensinar os conceitos de uma forma direta. Um professor que tenta conseguir isto habitualmente mais não consegue da criança mais do que um verbalismo vazio, um psitacismo que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade só encobre um vácuo [...]. (VYGOTSKY, 2001, p.84).

GRAMSCI (1982) enfatiza que o fato de que para que se haja um ensino que eleve o nível de conhecimento das classes subalternas, esse ensino teria que abranger aspectos humanísticos, científicos e tecnológicos.

Nesse período, o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou aparecer como sendo aos discentes) desinteressado, isto é, não teve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo, ainda que “instrutivo”, isto é, rico de noções concretas. (GRAMSCI, p.136).

O ensino de temas que abordem assuntos de matrizes africanas tem que ser ministrado de uma maneira onde a prática esteja presente e não pautado apenas em aulas onde a didática se atém apenas em ficar na sala de aula. Aulas voltadas para a prática, para a busca de informações e para pesquisas que busquem com que os alunos e a comunidade construam um vínculo com sua história e com a cultura são importantes na produção do conhecimento. Um ensino voltado para esses aspectos acaba por ser muito mais proveitoso e útil para o cotidiano dessas comunidades baseando-se no pensamento de Gramsci (1982).

Segundo FETZNER (2011, p, 87-88), os fazeres docentes, as práticas familiares e as relações sociais andam junto com a realidade social e cultural que os rodeiam. Para a autora, a família, a escola e as relações de trabalho “não apenas reproduzem a sociedade e a cultura onde são geradas, mas, ao reproduzirem-nas (sociedade e cultura a que pertencem), as transformam”.

O projeto foi desenvolvido até o ano de 2016(ano em que terminou), e as crianças tiveram acesso a conteúdos que contavam a história dos negros, a história do próprio território quilombola a que elas pertencem e a danças típicas do quilombo, tudo isso desenvolvido apenas pelos professores da creche, pois os quilombolas não participaram do desenvolvimento das atividades, diferentemente dos outros quilombos em que o projeto foi implantado que teve participação direta dos habitantes do quilombo.

4. 8. Os pais como provedores do conhecimento e da formação dos seus filhos

Com a questão dos pais, não teve nenhum tipo de empecilho que fizesse com que não aceitassem que as crianças participassem do projeto.

Em relação à Piratininga o trabalho ficou mesmo só na escola, houve pouquíssima participação dos pais. Quando participavam eram pais que trabalhavam na escola, mas assim participavam como funcionários, ajudando, mas como trabalhadores da escola. Muitos participaram da apresentação geral que teve com todos os quilombos reunidos para celebrar o sucesso do projeto, aí sim os pais liberaram os filhos para ir e o quilombo de Piratininga foi em peso nessa celebração, mais o projeto em si ficou só na escola.(Ana Claudia Rodrigues).

Isso acaba por ser prejudicial até mesmo para o cumprimento dos objetivos do projeto, pois, a participação dos pais, assim como da comunidade, representaria a união do território e a preocupação em repassar a história do território para as novas gerações com o intuito de perpetuação de seus valores.

Os pais têm papel principal nesse processo, sendo eles os responsáveis por incentivar seus filhos a conhecer a sua própria história e ajudá-los a reconhecer e ter orgulho de sua identidade.

Aqui no Piratininga os pais não se envolvem muito nas questões escolares. Por exemplo, eu só vou quando chamam para reuniões e às vezes nem vou ou quando meu filho está com algum problema. O que eu percebo aqui é que cada um vive sua vida, são poucos que se interessam em trazer a cultura antiga para ensinar os mais jovens. Meu filho mesmo não se interessa e admito que eu não faço nada para ele se interessar.(Betina Sousa¹¹, moradora e mãe de um dos alunos da escola Quilombo Piratininga).

¹¹ O nome foi mudado a pedido da entrevistada.

Essa postura é comum dentro do quilombo por parte dos pais dos alunos. O fato de eles não se interessarem em ensinar ou não incentivarem seus filhos a participarem dos projetos com esse objetivo dificulta o trabalho de resgate de identidade dentro do quilombo de Piratininga.

Para a coordenadora de educação no campo, Ana Cláudia Rodrigues, o resgate tem que ser trabalhado de uma forma geral abrangendo todo o quilombo com a participação direta do próprio território, sendo eles os próprios desenvolvedores do resgate dentro do projeto.

4. 9. O Estado e as contradições em viabilizar políticas públicas para o quilombo de Piratininga

Para a coordenadora da educação do campo da SEMED de Bacabal, Ana Claudia Rodrigues, o apoio do poder público municipal e estadual foi importante para a concretização do projeto Filhos do Quilombo, no que tange aos recursos oferecidos e para demonstrar que o poder público se importa com os povos quilombolas.

O acesso às políticas públicas que buscam melhorias para os territórios quilombolas, nem sempre é de fácil acesso, pois, ao longo da história, esses povos tiveram que lutar para ter direito a uma educação inclusiva. Isso acontece por não haver diretamente uma política eficiente que reduza a distância entre as autoridades e povos os quilombolas, ocasionando assim, uma disparidade entre os governos e os quilombolas.

No caso do estado do Maranhão, o governo do estado tem papel importante na implantação de projetos e benfeitorias que melhorem a qualidade de vida dos quilombolas. Segundo a professora e coordenadora de educação do campo da SEMED, Ana Cláudia Rodrigues, o atual governo do Maranhão vem dando apoio às comunidades quilombolas do estado.

O governo do estado (Flávio Dino), junto com a coordenadora da secretaria de relações raciais, Cleide Salazar estão dando total abertura para nossas propostas de projetos na educação quilombola. Estão sentando e conversando sobre os problemas que precisam ser resolvidos com relação a essas comunidades. (Ana Claudia Rodrigues).

Segundo Ana Claudia, essa abertura é importante, pois, o projeto pode ser levado também ao ensino médio, que era também um dos objetivos do projeto, ou seja, abranger todas as séries para melhores resultados.

Ana Cleide também enfatizou que levando o projeto para o ensino médio será uma ótima oportunidade para se trabalhar com o jovem do quilombo de Piratininga, que ainda tem muita resistência em abraçar sua cultura.

O trabalho em Piratininga vai ser a longo prazo, ainda temos muitos desafios pela frente, por que agora que o ensino médio tá começando a entrar nessa linha e eu acredito que ainda tem que passar da mudança de postura do professor, e também dos pais, isso vai influenciar na educação dos filhos. (Ana Claudia Rodrigues).

O projeto foi inserido nas comunidades quilombolas de Bacabal na gestão do prefeito José Alberto Veloso e, segundo seus coordenadores, não houve resistência da prefeitura, que não participou diretamente, mas também não interferiu no processo de implantação.

A formação do professor tem que ter prioridade, mas o trabalho com o jovem não tem que se resumir apenas à formação do docente, e sim em um trabalho junto à família e com os próprios agentes do quilombo, para poder se obter o resgate de identidade e a permanência da história do quilombo.

Em uma perspectiva geral, o projeto Filhos do Quilombo, em relação a todas as comunidades em que foi inserido, segundo seus coordenadores e colaboradores, conseguiu alcançar seus objetivos juntos às crianças, aos jovens e aos territórios quilombolas em que foi desenvolvido.

No quilombo de Piratininga, os agentes que participaram diretamente do projeto têm a seguinte opinião,

Os resultados são os melhores possíveis. Em 2015 fomos participar do SESC em São Paulo. Eu escrevi três professores de comunidades diferentes (Catucá, Seco das Mulatas e São Sebastião dos Pretos). Ganhamos dois prêmios (Seco das Mulatas, Catucá). Logo depois tivemos participação no globo rural, fizemos um documentário e tivemos participação no como será. Quanto aos objetivos do projeto dentro dos quilombos, teve o resgate de identidade em todos, podemos repartir as duas fazes, antes do projeto e depois do projeto, já podemos observar que as comunidades estão mais interessadas em serem quilombolas e lutar pelos seus direitos. Eles se reconhecem como quilombolas. Já no Piratininga o resultado foi somente na escola em que foi inserido, agente já percebe que as crianças que participaram do projeto já tem uma visão diferente de mundo, mas teria sido melhor se todas as escolas tivessem

participado junto com a comunidade. O trabalho lá tem que continuar, principalmente com o jovem. (Ana Cleide de Carvalho).

A minha visão foi de que foi muito bom. Trabalho também no Quilombo de Guaraciaba e o que se observa é que o jovem de lá já dar mais valor a sua identidade. Já em Piratininga, conheço os alunos que participaram e acho que eles vão seguir os ensinamentos, só precisam de incentivos. O que pesou mais aqui em Piratininga foi o fato de o projeto não ter sido inserido nas outras escolas e o fato da comunidade não ter se interessado em participar, mas não vamos desistir, eu e professora Barbara somos daqui e vamos persistir junto à comunidade para não só esperarmos iniciativas de outras pessoas, mas irmos atrás de mais projetos como o Filhos do Quilombo. (Anastácia Silva Carvalho).

O que eu posso dizer sobre os resultados em Piratininga é que eles foram alcançados parcialmente, porque o objetivo do projeto era ir além das escolas. O objetivo principal era trazer o envolvimento da comunidade e aí quando agente coloca nesse sentido de parcialmente, é em termos de Piratininga, como eu falei, tivemos mais aceitação em outras comunidades como Catucá, São Sebastião dos Pretos, a comunidade participou, iam para as reuniões, promoviam as oficinas de aprendizados, o que não foi o caso de Piratininga onde pouquíssimas pessoas da comunidade participaram. (Ana Claudia Rodrigues).

O mais importante é que a continuação do projeto não pode parar. Segundo professora Barbara é muito importante que o projeto continue para ajudar na formação dos jovens, pois, os tempos mudam e a educação segue o curso dessas mudanças.

É muito importante essa continuação, pois, o ensino muda constantemente. A mentalidade dos jovens também. Temos que dialogar com eles, junto com a comunidade. Tem que ter essa proximidade. Piratininga precisa se unir, se não tudo isso aqui pode desaparecer. (Barbara Sousa Carvalho).

Com relação à continuação do projeto é de interesse da SEMED e de Ana Cleide dar continuação, através de criação de novos projetos com o mesmo objetivo.

Temos sim a ideia de retomar o projeto, não com esse nome, mas a ideia do projeto ainda continua a ideia do resgate. Todo ano entra coordenador de educação novo, mas creio eu que essa nova coordenação não vai colocar empecilhos para a continuação desse trabalho. (Ana Claudia Rodrigues).

Mais interessante seria se essa continuação partisse do próprio quilombo, assim como já acontece com os outros quilombos que participaram do projeto que já se interessam por conta própria de promover agora não mais o resgate e sim o orgulho de ter uma identidade quilombola.

A continuação de projetos que tenham como objetivo o resgate histórico cultural e de identidade acaba por ser o elo entre a situação que está sendo exposta

nesse trabalho e a realidade que pode ser construída amanhã. A continuação do aprendizado de conteúdos enfatiza a importância da história do quilombo de Piratininga e tem como foco o resgate da identidade e da cultura eleva o valor de sabedoria e riqueza dessas comunidades.

Segundo MUNANGA e GOMES (2004 p.16), a promoção de aprendizagens que dão ênfase ao acesso e busca ao conhecimento, aos valores e informações que tragam benefícios e que permitam ao aluno sempre esteja aprendendo, é necessária para que o aluno se interesse a ir além da sala de aula e descobrir novas informações, através de pesquisas que o ajudarão a entender melhor seu papel na história de seu povo.

No caso do quilombo de Piratininga, o resgate histórico, cultural e de identidade tem que ser feito através de um processo lento e cauteloso, pois, a comunidade está muito afastada de sua cultura. O jovem e o território como todo tem que ser o foco principal desses projetos, pois é através dele que esses territórios se unirão e conhecerão a importância do significado e da aceitação de ser quilombola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em educação quilombola é pensar em inovação para os parâmetros curriculares no que se refere à educação quilombola. É buscar novos caminhos para que o ensino nos territórios quilombolas se desenvolva de uma maneira onde os saberes e os conhecimentos do território sejam preservados dentro do currículo escolar.

Vários aspectos são determinantes para que a luta dos territórios quilombolas ganhe elementos que fortaleça a base dos movimentos quilombolas. Podemos elencar como um desses elementos a luta pelo território quilombola, que está presente na realidade dos quilombos e que é uma das bases para se firmar o conceito de que a apropriação da terra é o ponto de partida para a firmação de uma educação que favoreça a história dos quilombos.

O projeto Filhos do Quilombo nasce com o propósito de incluir dentro da educação básica o diálogo, a formação dos docentes, a participação ativa da comunidade em um programa que tem como objetivo o resgate histórico cultural e de identidade.

Ao longo do trabalho, percebeu-se que o quilombo de Piratininga precisa muito de um resgate histórico cultural e de identidade, pois, dentro do quilombo ainda existe resistência quando o assunto é dar continuidade a história e a cultura dentro do quilombo. O fato da desunião dentro do quilombo de Piratininga, por desinteresse dos assuntos do quilombo e por questões políticas é um problema de extrema gravidade que dificulta as relações dentro do quilombo.

Os jovens são os que mais precisam desse resgate, pois, vivem o hoje e não querem aprender sobre o passado e nem dar continuidade a luta e a história de seus antepassados. Parte do desinteresse envolve também a falta de incentivo dos próprios pais, que não se interessam em participar diretamente desse processo de incentivar e ensinar aos filhos a história e a cultura dos seus ancestrais.

O projeto Filhos do Quilombo traz para dentro das esferas públicas e educacionais de Bacabal a oportunidade de dialogar e produzir não só projetos que viabilizem o resgate histórico cultural e de identidade dentro dos territórios quilombolas de Bacabal, mas fazer com que os quilombolas se unam em prol de eles próprios promoverem esse resgate.

Apesar da problemática que foi apresentada neste trabalho no que condiz a aspectos internos do território quilombola de Piratininga, a importância de projetos que tragam o diálogo sobre resgate histórico cultural e de identidade para o âmbito escolar quilombola é evidente nos dias atuais. Colocar em prática o que as diretrizes curriculares enfocam sobre a formação dos estudantes possibilita que os territórios quilombolas se desenvolvam sem deixarem para trás a sua história e sua identidade.

Um dos maiores problemas do quilombo de Piratininga é fazer com que o próprio território se aceite como quilombolas, que eles saibam a importância dessa identidade para a sobrevivência de sua história.

A promoção de uma educação para a criança e o jovem quilombola tem que ter, antes de tudo, o comprometimento do poder público, dos educadores, da gestão da escola, dos pais e do próprio território quilombola. Todos juntos trabalhando para que a legislação seja cumprida e para que o ensino seja promovido dentro desses territórios e seja capaz de resgatar a identidade, de valorizar a história e a cultura quilombola.

A luta pela educação quilombola, segundo afirma Arroyo (2012), deve estar atrelada aos movimentos que lutam pela posse da terra, pela igualdade racial, pelos direitos civis, para poder compor uma base de luta que traga para dentro desses

territórios políticas públicas para a educação e para trabalhar a sistematização dos conhecimentos que estão presentes dentro desses territórios.

O poder público exerce importante função no processo de materialização da educação quilombola dentro dos territórios quilombolas, mas a função do poder público é tão somente o de abrir caminhos para novas estruturas dentro da educação quilombola, pois a educação quilombola deve pertencer aos quilombolas, sendo eles os atores principais que devem protagonizar diretamente a materialização da educação que venha a valorizar sua história, sua cultura e sua identidade dentro dos seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações Econômicas e Sociais no campo Maranhense**. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: vol.5, 1981.
- AMARAL, Ana Lúcia, Veiga, Lima Passos Alencastro. et al. **Formação de professores: Políticas e debates**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CANUTO, Antônio. LUZ, Cássia Regina da Silva. **Conflitos no Campo** (coordenação) Goiânia – Brasil 2015: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.
- ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis. R.J. Vozes- 2011.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Zenaide, 2012.
- BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Campanha das letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**; Editora Betrand Brasil. S.A. Memória e Sociedade: Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. 1989.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Atualizada até Março de 2017, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10_639.htm>. Acesso em 18 de abril de 2018.
- BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>>. Acesso em 18 de abril de 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**: Resolução nº 8, 20 de novembro de 2012. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> Acesso em 18 abr. 2018.
- CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; FERNANDES, Bernardo Maçano; **Primeira conferência nacional por uma educação no campo** (texto preparatório) Brasília, julho de 1998.
- CAVALCANTI, Ferreira. COUTINHO, Adelaide. RODRIGUES, Cacilda (organizadoras). **Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo/ In TEIXEIRA, Michele Freitas – A luta dos movimentos sociais camponeses pela**

educação e sua concepção de formação dos educadores do campo. Curitiba, PR: CRV, 2012.

CONCEIÇÃO, Lucineide Inácio da. **Educação escolar quilombola:[manuscrito]: um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição.** 8 ed. ver. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito Humano aos direitos humanos como princípio educativo.** In: DIAS, Adelaide Alves et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.

DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES; Maria Lúcia da Silva (Orgs). **Currículo, Formação Docente e Diversidade Sociocultural.** In Educação, Direitos Humanos e Inclusão: currículo, formação docente e diversidades culturais – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

FETZNER, Andréia Rosana. **Ciclos e Democratização do Conhecimento Escolar.** In CALDART, Roseli et. al. **Campanha para transformação da escola: reflexões desde praticas educativas da licenciatura em educação do campo/ organizado: Roseli Caldart.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor** (Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Perla Almeida Rodrigues. PEREIRA, Karla Raphaella Costa. ZIENTARSKI, Clarice (Organizadoras). **Escola da terra do Ceará: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo –** Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça.** Apud SANTOS, J, R. Educação e Sociedade, vol. 33, julho-septiembre, 2012, pp. 727-744.

GRAMSCI, Antônio; **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira S.A, Bota Fogo, RJ, 1982.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição.** Todos os direitos reservados. Editora Ática S.A, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** 2. Ed. revisada/ - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 240p: il.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global, 2004.

MUNANGA, Kabengele, **Origem e Histórico do Quilombo na África**. Revista USP, São Paulo (28): Dezembro/fevereiro 95/96.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Direitos adquiridos pela Editora Paz e Terra S.A, Rio de Janeiro, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática: São Paulo. 1993.

ROCHA, Helianane Oliveira. **A educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais**. In MARX, Karl; ENGELS, F. São Luís, EDUFMA, 2011.

ROCHA, Helianane Oliveira; **A educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais**. São Luis, EDUFMA, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. – reimp - Belo Horizonte, Autêntica, 2010.156p.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **Porque uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade** - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovich, **Pensamento e Linguagem**. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. 2001- Ridendo Castigat Mores.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

Roteiro de entrevista com a coordenadora do projeto filhos do quilombo Ana Cleide e com a coordenadora da secretaria de educação no campo Claudia Rodrigues.

Data: 08/02/2018 e 10/02/2018.

- 1) Fale um pouco sobre você. Quem é Ana Cleide.
- 2) Como surgiu a ideia do projeto filhos do quilombo. Partiu de você ou do próprio poder publico? O porquê de realizar esse projeto nas comunidades quilombolas (dando ênfase na comunidade de Piratininga).
- 3) Fale sobre o projeto filhos do quilombo. Quais seus Objetivos, o publico alvo, como ele era formado.
- 4) Havia a iniciativa de resgate de identidade. Por quê?
- 5) Como ele foi implantado nas comunidades (Piratininga), quero que especifique cada etapa de implantação do projeto.
- 6) Quem teve participação do projeto na comunidade, no poder publico. Houve participação da sociedade nesse projeto? Ou de outras instituições.
- 7) Como a comunidade de Piratininga recebeu o projeto. Houve resistência? Se sim Por quê? A comunidade participou ativamente do projeto.
- 8) O poder publico deu assistência, discorra sobre o papel dele nesse processo. Teve dificuldade frente o poder publico.
- 9) Discorra sobre os resultados do projeto. Conseguiu alcançar os resultados desejados?
- 10) O projeto ainda existe, se não discorra sobre o motivo de não mais existir.
- 11) Qual a visão da comunidade de Piratininga pós-projeto?

12) Houve resgate de identidade? Como o público e os organizadores do projeto avaliaram os resultados dos projetos.

13) O projeto teve o mesmo resultado em todos os quilombos?
Avaliação final de Cleide.

APÊNDICE B:

Roteiro de entrevista com as professoras Anastácia, Barbara e professor Gilvan.

Data: 06/03/2018.

- 1) Professores se apresentem.
- 2) Professoras Anastácia e Barbara falem sobre o projeto Filhos do Quilombo?
- 3) Qual era o principal objetivo do projeto?
- 4) Houve formação de professores? Se sim como se deu essa formação?
- 5) Como foi o processo de implantação do projeto na creche mãe Geniz?
- 6) Teve alguma dificuldade ou resistência por parte da comunidade ou dos pais na implantação do projeto?
- 7) Por que o projeto só implantado na creche e não no ensino fundamental?
- 8) Qual é a mentalidade do jovem de Piratininga?
- 9) Eles se interessam por participar ou aprender sobre a história, a cultura do quilombo? Se não por quê?
- 10) Quais foram os resultados do projeto? Houve o resgate de identidade?
- 11) As crianças que participaram do projeto hoje se interessam pelos assuntos do quilombo?
- 12) Professor Gilvan o que você acha sobre projetos que viabilizem o resgate de identidade dentro da escola?
- 13) Você acha que os jovens de Piratininga se interessam em participar? Se não Por quê?
- 14) E os professores se interessam em dar andamento a esse tipo de proposta ou o fazem só porque são obrigados?
- 15) Em sua opinião qual a maior dificuldade em dar andamento nesse tipo de proposta?

APÊNDICE C:

Roteiro de entrevista com Amilson Silva (presidente do território quilombola de Piratininga).

Data: 05/03/2018.

- 1) Comece se Apresentando.
- 2) Conte sobre a história do quilombo de Piratininga.
- 3) Fale sobre a luta que os quilombolas daqui enfrentam para trazer melhorias para o quilombo.
- 4) Como a comunidade recebe os projetos que são trazidos para o quilombo? Eles se interessam por ir atrás de políticas públicas que beneficiem o quilombo?
- 5) Há divergências políticas dentro do quilombo que dificultam a busca de melhorias para o quilombo? Se tiver explique quais são.
- 6) Como as novas gerações se comportam frente às decisões que são tomadas? Eles se interessam por participar dessas decisões e da luta pela conquista de melhorias para o Quilombo?
- 7) Se não se interessam o porquê desse desinteresse?
- 8) Qual o pensamento deles quando se fala na história, na cultura e na identidade quilombola?
- 9) Eles se interessam em preservar a história de seus ancestrais?
- 10) Qual sua visão sobre o futuro do quilombo quando a sua geração não estiver mais aqui? O que o senhor acha que teve ser feito para que os jovens de Piratininga continuem o seu trabalho para que a história do quilombo não morra?

APÊNDICE D:

Roteiro de entrevista feito com alunos e jovens do território quilombola de Piratininga.

Data: 05/03/2018.

- 1) O que vocês sabem sobre o que é ser quilombola?
- 2) Vocês participaram do projeto filhos do quilombo?
- 3) Vocês se reconhecem como quilombolas? Se não explique por quê?
- 4) Vocês se interessam em aprender sobre a história sobre a cultura do povo daqui do quilombo? Se não por quê?
- 5) Vocês se interessam em dar continuidade na história de seus ancestrais? Se não por quê?
- 6) O que vocês acham de iniciativas que tem como objetivo trabalhar o jovem quilombola para que ele possa conhecer a sua história, sua cultura e dar valor a sua identidade quilombola?
- 7) Vocês se aceitam como quilombolas? Se não por quê?
- 8) O que vocês gostam de fazer aqui no quilombo?
- 9) Vocês têm planos de quando acabar o ensino médio de estudarem fora ou irem embora?
- 10) Se chegarem a sair do quilombo pretendem voltar ou não?
- 11) Vocês se reconhecem como sendo o futuro do quilombo de Piratininga?

APÊNDICE E:

Roteiro de entrevista feito com pais e moradores do território quilombola de Piratininga.

Data: 06/03/2018

- 1) Vocês participam das decisões que são tomadas no quilombo? Se não por quê?
- 2) Vocês tem credibilidade nos projetos que são trazidos para o quilombo? Se não por quê?
- 3) Os seus filhos se interessam em participar das lutas e das decisões que acontecem dentro do quilombo de Piratininga?
- 4) O que vocês acham de projetos que viabilizem o resgate da história, cultura e identidade?
- 5) Como vocês enxergam o jovem do quilombo de Piratininga?
- 6) Vocês incentivam os seus filhos a participarem e darem continuidade a história do quilombo? Se não por quê?
- 7) Como são as desavenças políticas dentro do quilombo?
- 8) Elas atrapalham no desenvolvimento do quilombo? Se não por quê?
- 9) O que vocês acham que tem que mudar para que o quilombo prospere?